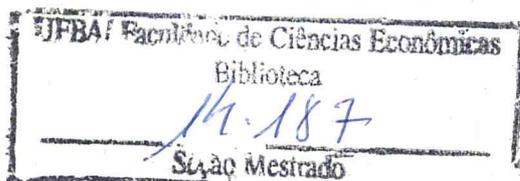


**JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO**

**DESEMPREGO E INFLAÇÃO: IMPACTO DOS AJUSTES  
MACROECONÔMICOS NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**

Salvador

1999



**Universidade Federal da Bahia**

**Faculdade de Ciências Econômicas**

**JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO**

**DESEMPREGO E INFLAÇÃO: IMPACTO DOS AJUSTES  
MACROECONÔMICOS NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDA**

*Tese apresentada para concurso de professor titular  
na matéria de Macroeconomia do Departamento de  
Teoria Econômica da UFBA.*

Salvador Bahia

Junho de 1999

---

## SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	II
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.....	IV
TABELAS.....	IV
FIGURAS.....	V
AGRADECIMENTOS.....	VII
INTRODUÇÃO.....	I
1) <b>MACROECONOMIA DO DESEMPREGO E DA INFLAÇÃO.....</b>	<b>8</b>
INTRODUÇÃO.....	8
DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO E FLEXIBILIDADE DE SALÁRIOS NOMINAIS.....	14
INFLAÇÃO E DESEMPREGO: A CURVA DE PHILLIPS.....	24
CURVA DE PHILLIPS: VARIÁVEIS REAIS OU NOMINAIS.....	33
DESEMPREGO E FLUTUAÇÃO DO NÍVEL DE PRODUTO.....	45
NAIRU: AUGE NOS OITENTA E DECLÍNIO NOS NOVENTA.....	63
CONCLUSÕES.....	74
2) <b>MACROECONOMIA DA PRECARIIDADE.....</b>	<b>79</b>
INTRODUÇÃO.....	79
“ANOS DOURADOS” : EXPANSÃO COM CONTRASTE.....	83
Indústria como o principal segmento dinâmico da atividade econômica.....	84
Mudança na Taxa de Participação feminina.....	84
Bipolaridade, Guerra Fria e hegemonia da economia americana.....	85
Sindicalismo clássico: forte e bem comportado.....	86
CRISE DOS ANOS DOURADOS.....	87
<i>Crise da hegemonia americana</i> .....	87
<i>Novas relações de trabalho</i> .....	93
<i>Sindicalismo clássico encontra-se encurralado</i> .....	99
Fatores condicionantes do sucesso da resposta sindical.....	103
Conduta do Capital.....	103
Projeção Política do Sindicato.....	104
Força Sindical Própria.....	104
Esferas da resposta sindical.....	105
Uma nova agenda se coloca para a luta reformista dos trabalhadores.....	106
Do ponto de vista das disputas no local de trabalho.....	107
Do ponto de vista das ações institucionais:.....	108
<i>Desigualdade de qualificações e de rendimentos</i> .....	108
MERCADO DE TRABALHO COMO MERCADO IMPERFEITO.....	113
<i>Difícil mensurar o desemprego</i> .....	113
<i>As políticas de emprego</i> .....	120
<i>Comportamento da Ocupação</i> .....	126
<i>As mudanças na oferta de trabalho</i> .....	130
INFLAÇÃO E DESEMPREGO REVISITADOS NOS ANOS NOVENTA.....	133
<i>Japão: um caso especial?</i> .....	142
<i>EUA: mercado aquecido e sem inflação</i> .....	147
CONCLUSÕES: DESIGUALDADE DE RENDA É GRANDE PROBLEMA DO FINAL DO SÉCULO.....	148
<i>Concentração de renda e crescimento do produto: a experiência americana</i> .....	149
3) <b>DESIGUALDADE NA PERIFERIA: PRECARIIDADE, CONCENTRAÇÃO E DESEMPREGO.....</b>	<b>156</b>
INTRODUÇÃO.....	156

INFLAÇÃO E DESEMPREGO NA RMS.....	160
MOVIMENTO POPULACIONAL NA RMS.....	163
<i>Migrações</i> .....	165
DINÂMICA ECONÔMICA DE ALGUNS SETORES DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR.....	167
<i>Os Ciclos Nacionais</i> .....	167
O Período Inflacionário (Jan/88 - Dez/89).....	168
Distribuição de renda entre 1988 e 1990.....	172
A primeira tentativa de estabilidade econômica da década de 90 (Jan/90 - Ago/92):.....	175
Comportamento do comércio varejista 1990/1992.....	179
O fim do governo Collor e transição para o Real (Set/92 - Jun/94):.....	181
Distribuição de renda entre 1992 e 1993.....	183
O Comércio Varejista 1992-1994.....	185
O Plano Real e a Euforia do Consumidor (Jul/94 - Abr/95):.....	186
Distribuição da renda no início do Plano Real 1995-1996.....	190
O comércio varejista em 1994-1995.....	191
Crise global e reajustes macroeconômicos( Mai/95 - Out/97).....	194
Comércio Varejista pós-Plano Real 1995-1997.....	197
<i>Mudanças na demanda de serviços educacionais e na oferta de vagas</i> .....	199
AJUSTES DA OCUPAÇÃO NOS 90: ESTABILIDADE DE PREÇOS, AUMENTO DA ESCOLARIDADE E PERDA DE RENDIMENTOS.....	201
<i>Dinâmica da ocupação e rendimentos dos diversos grupos ocupacionais</i> .....	203
Considerações Metodológicas.....	203
Deflacionamento das Variáveis Nominais.....	205
<i>Grandes Grupos da CBO: Dispersão da renda diminui com queda dos maiores</i> .....	206
<i>A participação das mulheres na ocupação</i> .....	214
<i>Pouca mudança na participação dos negros e dos migrantes na ocupação</i> .....	216
<i>Instrução dos ocupados</i> .....	218
<i>Idade</i> .....	221
<i>Posição na ocupação e Tipo de emprego</i> .....	223
<i>Tempo de serviço</i> .....	228
<i>Tamanho da Empresa</i> .....	230
<i>Setor de Atividade</i> .....	232
<i>Jornada de Trabalho</i> .....	236
<i>Conclusões</i> .....	238
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>241</b>

## LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

### TABELAS

<i>Tabela 1 Índices de Emprego de Longa Duração</i> .....	50
<i>Tabela 2 Políticas de Flexibilização do Mercado de Trabalho</i> .....	68
<i>Tabela 3 Resumo de Algumas Políticas Ativas de Emprego</i> .....	125
<i>Tabela 4 Taxa Média Anual de Crescimento da Ocupação</i> .....	126
<i>Tabela 5 Taxa Média de Crescimento Anual 1973-1990 da Ocupação Setorial Per Capita</i> .....	128
<i>Tabela 6 Crescimento per capita do emprego em serviços 1979-1990 e Participação no Emprego Total em 1992</i> .....	129
<i>Tabela 7 Emprego na Indústria e nos Serviços da Produção como Porcentagem do Total do Emprego não Agrícola</i> .....	130
<i>Tabela 8 Taxa de crescimento médio anual da força de trabalho</i> .....	130
<i>Tabela 9 Taxa Média Anual do Crescimento do Emprego por Grau de Tecnologia na Indústria 1980-1990</i> .....	131
<i>Tabela 10 Índices de salário real deflacionados por preços ao consumidor</i> .....	133
<i>Tabela 11 Taxa de desemprego medida e NAIRU estimada. Alguns países da OECD 1997</i> .....	134
<i>Tabela 12 Taxas de crescimento do emprego e taxas de desemprego OECD</i> .....	136
<i>Tabela 13 Taxas de crescimento do PIB e do custo unitário do trabalho OECD</i> .....	137
<i>Tabela 14 Alguns Indicadores Macroeconômicos Japão. 1992-1997</i> .....	146
<i>Tabela 15 Alguns Indicadores Macroeconômicos EUA. 1992-1998. Taxas de crescimento médio anual</i> .....	147
<i>Tabela 16 Proporção de empregados de baixa remuneração<sup>1</sup> por nível de renda familiar. Alguns países OECD 1993</i> .....	154
<i>Tabela 17 Taxas de Crescimento transversal entre faixas etárias da população da RMS 1991/1996</i> .....	165
<i>Tabela 18: Taxa de imigração total e proveniente do estado da Bahia</i> .....	167
<i>Tabela 19: Taxa de crescimento PIB Brasil e Bahia e de dois importantes setores da economia baiana 1988-1989</i> .....	169
<i>Tabela 20: Taxas de crescimento anual- Mercado de Trabalho da RMS</i> .....	169
<i>Tabela 21: Indicadores da distribuição de renda dos ocupados da RMS(1988-1990)</i> .....	174
<i>Tabela 22: Taxa de crescimento do PIB baiano e de dois importantes setores da economia baiana 1990-1992</i> .....	176
<i>Tabela 23: Taxas anuais de crescimento do mercado de trabalho RMS 1990/1992</i> .....	176
<i>Tabela 24: Índice real de vendas no comércio (Janeiro 1990=100)</i> .....	179
<i>Tabela 25: Taxa de crescimento do PIB Brasil, Bahia 1992-1994</i> .....	181
<i>Tabela 26: Taxa anuais de crescimento 1992-1994</i> .....	181
<i>Tabela 27: Conceitos das PNADs 1990 e 1992</i> .....	184
<i>Tabela 28: Indicadores da distribuição de renda dos ocupados da RMS (1992, 1993)</i> .....	185
<i>Tabela 29: Crescimento do PIB Brasil e Bahia 1994-1995</i> .....	187

<i>Tabela 30: Taxas anuais de crescimento mercado de trabalho 1994-1995</i> .....	187
<i>Tabela 31: Indicadores da distribuição de renda dos ocupados da RMS (1995 e 1996)</i> .....	191
<i>Tabela 32: Taxa de crescimento das vendas do comércio varejista de Salvador, em relação a 12 meses anteriores 1994-1995</i> .....	192
<i>Tabela 33: Taxa de crescimento do PIB Brasil, Bahia 1995-1997</i> .....	194
<i>Tabela 34: Taxas anuais de crescimento mercado de trabalho 1995-1997</i> .....	195
<i>Tabela 35: Aumento das despesas com educação das famílias da RMS em 1996 com relação a 1987</i> .....	200
<i>Tabela 36: Crescimento das despesas com cursos regulares e outros cursos em 1996 em relação a 1987</i> .....	201
<i>Tabela 37 Variação da renda na RMS por grupos ocupacionais da CBO Em reais de agosto de 1998</i> .....	209
<i>Tabela 38 Proporção dos ocupados nos subgrupos do grupo 5 e 7</i> .....	211
<i>Tabela 39 Participação das mulheres na ocupação e rendimentos por sexo</i> .....	215
<i>Tabela 40 Proporção e variação dos migrantes na ocupação</i> .....	218
<i>Tabela 41 Proporção dos ocupados por grau de instrução em relação a cada grupo</i> .....	219
<i>Tabela 42 Variação dos ocupados e dos rendimentos segundo o grau de instrução</i> .....	220
<i>Tabela 43 Variação na ocupação por faixa etária</i> .....	222
<i>Tabela 44 Variação dos rendimentos segundo a idade</i> .....	223
<i>Tabela 45 Variação da ocupação segundo a posição na ocupação</i> .....	224
<i>Tabela 46 Variação dos rendimentos segundo a posição na ocupação</i> .....	225
<i>Tabela 47 Variação da proporção de ocupados em cada grupo por tipo de emprego em relação a cada grupo</i> .....	227
<i>Tabela 48 Crescimento médio dos rendimentos pelo tipo de emprego nos grandes grupos</i> .....	228
<i>Tabela 49 Variação da proporção de ocupados por tempo de serviço em relação a cada grupo</i> .....	229
<i>Tabela 50 Crescimento médio dos rendimentos pelo tempo de serviço nos grandes grupos</i> .....	230
<i>Tabela 51 Variação da proporção de ocupados em cada grupo em relação ao tamanho do local de trabalho</i> .....	231
<i>Tabela 52 Crescimento médio dos rendimentos pelo tamanho da empresa em que trabalham considerando os grandes grupos</i> .....	232
<i>Tabela 53 Variação na proporção de ocupados por setor de atividade em relação a cada grupo</i> .....	234
<i>Tabela 54 Crescimento médio dos rendimentos pelo setor de atividade nos grandes grupos</i> .....	235
<i>Tabela 55 Crescimento médio dos rendimentos por setor de atividade nos subgrupos do grande grupo 5</i> .....	236
<i>Tabela 56 Variação da proporção de ocupados pela jornada de trabalho em relação a cada grupo</i> .....	237
<i>Tabela 57 Crescimento médio dos rendimentos pela jornada semanal de trabalho nos grandes grupos</i> .....	238

## FIGURAS

<i>Figura 1 Digrama de funcionamento do mercado de trabalho</i> .....	119
---	-----

<i>Figura 2 Relação entre crescimento real dos rendimentos médios mensais e taxa de desemprego aberta RMS 1988-1997 Média móvel projetada 12 meses à frente</i>	161
<i>Figura 3 Taxa de crescimento do rendimento médio real e taxa de desemprego aberto. Média móvel de 12 meses para trás da taxa de aumentos dos rendimentos médios reais.</i>	162
<i>Figura 4: População ocupada por setores</i>	170
<i>Figura 5: Rendimentos reais dos ocupados por posição na ocupação</i>	171
<i>Figura 6: População ocupada por posição na ocupação</i>	171
<i>Figura 7: Evolução do salário mínimo real</i>	173
<i>Figura 8: Rendimentos médios reais dos ocupados por posição na ocupação 1990/1992</i>	177
<i>Figura 9 População ocupada por setor de atividade 1990/92</i>	178
<i>Figura 10: População ocupada por posição 1990/1992</i>	178
<i>Figura 11 Ocupados no comércio da RMS e seus rendimentos 1991/1992</i>	180
<i>Figura 12: População ocupada por setor de atividade 1992-1994</i>	182
<i>Figura 13: População ocupada por posição na ocupação 1992-1994</i>	182
<i>Figura 14: Rendimentos médios dos ocupados por posição na ocupação</i>	183
<i>Figura 15: Ocupados no comércio da RMS e seus rendimentos 1992-1994</i>	186
<i>Figura 16 População ocupada por setor de atividade 1994-1995</i>	188
<i>Figura 17: Ocupados no comércio da RMS e seus rendimentos 1994-1995</i>	188
<i>Figura 18: População ocupada por posição na ocupação</i>	189
<i>Figura 19: Rendimentos dos ocupados por posição na ocupação 1994-1995</i>	189
<i>Figura 20: Taxa de crescimento das vendas do comércio varejista de Salvador, crescimento das vendas nas lojas de departamentos e consultas no SPC 1994-1995</i>	193
<i>Figura 21: Rendimentos dos ocupados na RMS e inadimplência em Salvador</i>	193
<i>Figura 22: População ocupada por setor de atividade 1995-1997</i>	195
<i>Figura 23: População ocupada por posição na ocupação</i>	196
<i>Figura 24: Rendimentos dos ocupados por posição na ocupação 1995-1997</i>	196
<i>Figura 25: Crescimento real do PIB e do setor de Comércio, Restaurantes e Hotéis 1988-1996</i>	197
<i>Figura 26: Crescimento nas vendas do comércio varejista de Salvador</i>	198
<i>Figura 27: Ocupados no comércio da RMS e seus rendimentos 1995-1997</i>	198
<i>Figura 28 Evolução do Índice de Preços. Valores em logarítimos</i>	205
<i>Figura 29 Distribuição dos Ocupados entre Grandes Grupos da CBO 1987/88 e 1997/98</i>	207
<i>Figura 30 Valores padronizados da taxa de participação da ocupação e da renda dos ocupados na RMS</i>	212
<i>Figura 31 Razão Rendimentos médios homens e mulheres</i>	215
<i>Figura 32 Mudanças no perfil de escolaridade dos grupos ocupacionais</i>	219

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não seria possível sem a crescente atividade de pesquisa da Faculdade de Ciências Econômicas. Neste particular, a implantação da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), em convênio com a SEI e participação do DIEESE e Seade-SP, foi fundamental para mudar o conhecimento estabelecido sobre o funcionamento do mercado de trabalho e fornecer os elementos empíricos indispensáveis para a elaboração teórica.

Esta tese não seria possível sem o curso de Macroeconomia II, onde apesar dos protestos dos alunos, sedimenta-se a base teórica para o entendimento dos movimentos conjunturais e a generalização dos fatos correntes.

Este trabalho não seria possível sem o compromisso social com as transformações que a sociedade requer. Desta forma não é uma posição neutra, porque procura destacar a concentração da renda e riqueza como conseqüências dos modelos de ajuste macroeconômico contemporâneos. Agradeço aos milhares de lutadores por mais igualdade, mais liberdade e melhor vida da Bahia, do Brasil e do Mundo.

Além destes agradecimentos gerais, gostaria de mencionar os professores Wilson Menezes e André Ghirardi pelo contínuo esforço de consolidar a PED e ampliar nossas pesquisas na UFBa, além da agradável companhia e intensas e extensas conversas sobre temas econômicos, metodologias, desafios e a vida.

Agradeço também a Paulo Henrique de Almeida, companheiro das lutas para mudar a escola e dos debates sobre os rumos de Salvador, que me ajudou algumas vezes na tarefa de Direção da FCE.

Agradeço às alunas do Curso de Mestrado em Economia, Claudia Monteiro Fernandes, pela leitura cuidadosa do primeiro capítulo, assim como a ajuda de Andreia Costa Santos, que transformou as notas de aula de Macro II em alguma coisa inteligível. A Vera Rapold, meu agradecimento pelo apoio na digitação final da tese.

Por fim, não poderia deixar de registrar o meu agradecimento à Maria Tereza Braga, por ter arrumado minha vida, - literalmente, organizando os papéis do currículo, - e ter me suportado, nestes dias críticos de produção, com carinho, compreensão e muito afeto.

## INTRODUÇÃO

Mesmo ao aproximar-se do final do século XX, os problemas fundamentais da distribuição de renda continuam flagelando uma grande parte da humanidade. O progresso técnico, a consolidação dos mecanismos de mercado como condutores da alocação dos recursos e a descoberta de novas fontes de suprimentos não resolveram como as sociedades repartem melhor os seus produtos, aumentando o desemprego e a concentração de riqueza e poder, ainda que aparentemente se tenha conseguido uma relativa estabilidade dos preços.

As políticas macroeconômicas foram acusadas de ineficazes no tratamento da relação entre a variação dos preços e o desemprego, depois do sucesso da curva de Phillips que tinha observado empiricamente uma <sup>relação</sup> inclinação negativa entre os aumentos de salários nominais e taxas de desemprego na Inglaterra. Os críticos destacavam que este aparente *trade off* entre desemprego e inflação não existia, quando se consideravam as ligações entre o mercado de produto e de trabalho, em um contexto de variação de preços, onde a formação de expectativas é assimétrica, com os salários sendo contratualizados em um momento, que pode ter um valor real, no momento seguinte, distinto do esperado no anterior. As diferenças entre expectativas de preços e salários e o ajustamento dinâmico das curvas de oferta e demanda poderiam levar ao retorno da situação clássica, fortemente criticada por Keynes, em que haveria uma certa "taxa de desemprego natural" correspondente ao conceito de pleno emprego. Nestas circunstâncias, o livre funcionamento dos mercados levaria à eficiência na utilização dos recursos e os problemas de distribuição de renda passavam a ser resultados das diferenciações individuais de atributos e não resultante de políticas deliberadamente implementadas.

Nos anos 30, com a economia em profunda recessão, o debate teórico circulava em torno do equilíbrio macroeconômico no sentido de que a igualdade entre oferta e demanda nos mercados de produto e de trabalho seria interligada, ou através da lei de Say que determinava a predominância da oferta sobre a demanda e, portanto, partia de uma situação lógica em que o

①  
(compuro)

mercado de trabalho permanecia em equilíbrio com pleno emprego, ou admitia-se a prevalência do princípio da demanda efetiva, fazendo com que o desemprego involuntário fosse admissível, ainda que em situações de equilíbrio. Tanto a interpretação neo-clássica, como a (keynesiana) pressupunham canais comunicantes entre os dois mercados, de forma que os ajustes de excesso de demanda e de variações de custos se equilibrariam com movimentos da quantidade de trabalho empregada e/ou com a variação dos rendimentos nominais e preços.

O grande debate sobre os limites da política macroeconômica se aguçava com a aceleração do processo inflacionário nos anos 70. Começam a surgir evidências empíricas de que os níveis de emprego e os salários nominais tinham pouca mobilidade, apesar dos ciclos de produtos. A clivagem que separa a dinâmica da produção dos movimentos do mercado de trabalho pode ser explicada, tanto pela existência de contratos que aumentam a rigidez das variáveis nominais, como pelas práticas de determinação de salários, de forma independente da produtividade imediata. Além das restrições impostas pelos contratos aos movimentos das variáveis nominais, também são apontadas algumas características do funcionamento do mercado de trabalho contemporâneo, como elementos que provocam o distanciamento dos movimentos dos salários e da produção. Destacam-se os efeitos dos custos quase fixos de recrutamento e seleção, assim como a associação do esforço do trabalhador com sua avaliação dos riscos de perder o emprego. O papel do movimento sindical e das formas de organização do processo de trabalho passam crescentemente a ser consideradas como variáveis fundamentais para o entendimento das relações entre os preços, salários e distribuição.

Os modelos agregados e os tradicionais instrumentos da macroeconomia na modelação dos impactos de políticas fiscais, monetárias e cambiais sobre o mercado de trabalho precisam ser revistos, porque não somente as condições de oferta de trabalho são diferenciadas, como também a própria especificação da função de demanda de trabalho baseada na sua produtividade marginal sofre questionamentos.

O domínio das idéias neo-clássicas configuradas na versão aceleracionista da curva de Phillips e na sua versão mais radical, associada com as expectativas racionais, nas décadas de 80 e 90 foi contemporâneo a um aumento dos níveis de desemprego e redução da inflação, reproduzindo em linhas gerais os movimentos sugeridos pela curva de Phillips original, porém com uma enorme dispersão e *loops*, que exigiram novas formulações teóricas. O aparecimento do conceito de uma taxa de desemprego não aceleracionista da inflação, de frágeis bases teóricas, servia como indicador do retorno às idéias clássicas de inexistência de desemprego involuntário, caracterizando todo o desemprego existente como friccional e acrescentando um componente inflacionário sobre seu comportamento. Defasagens de contratos salariais, mudanças tecnológicas e alterações do perfil demográfico estavam entre algumas explicações para a perda de poder explicativo dos modelos NAIRU nesta segunda metade da década de 90, quando a própria taxa natural desloca-se substancialmente em direções distintas para os EUA, Europa e Japão.

Enquanto os anos 30 a 60 enfrentaram os problemas do desemprego e os anos 80, e início dos anos 90, a inflação, - ainda que o desemprego retornasse, - agravava-se o problema da distribuição de renda, particularmente nos últimos 20 anos, ao mesmo tempo em que se aprofundava a crise do *Welfare State*. Nos anos noventa, os problemas inflacionários são quase inexistentes, porém a desigualdade crescente tem aumentado as pressões sobre o estado para ampliar os serviços para assistir aos desempregados e aos pobres, ao mesmo tempo em que as bases para a arrecadação dos recursos se estreita, reforçando a dimensão da crise fiscal do próprio estado. Esta crise de financiamento das transferências se aprofunda com o aumento da separação entre os diversos grupos da sociedade e não poderá ser enfrentada, de forma sustentável no longo prazo, nem pela sua contínua supressão, nem pela sua continuidade na forma atual. Os problemas decorrentes de crescente desigualdade da distribuição da renda não podem ser resolvidos com o aumento contínuo das transferências. São necessárias políticas diretas sobre as causas da desigualdade, particularmente sobre a distribuição de salários e de emprego, retornando portanto parcialmente à problemática da curva de Phillips.

Desloca-se o problema do relacionamento entre os níveis médios de desemprego e de inflação para a análise das implicações de sua dispersão em termos das possibilidades de obtenção de renda pela ocupação de um posto de trabalho e o leque distributivo dos rendimentos, que realça a importância dos salários relativos.

(2)

Confuso e  
dispensivo

Os salários e o rendimento dos trabalhadores se tornaram mais desigualmente distribuídos particularmente a partir dos anos 70. Uma das explicações usuais refere-se às mudanças dos requerimentos tecnológicos que modificaram os padrões de demanda, aumentando os diferenciais dos rendimentos por qualificações. Como a oferta de pessoal com qualificações mais requeridas demora para ser formado, o excesso de demanda nos mercados específicos faz com que os diferenciais salariais se ampliem.

Se a economia funcionasse como os clássicos imaginavam, o sistema de preços sinalizaria a escassez relativa e indicaria os movimentos de arbitragem da oferta, condenando as políticas intervencionistas à ineficiência e retardamento da modernização. (O mercado de trabalho, no entanto, não funciona como um mercado competitivo onde os salários igualam oferta e demanda.) todos os modelos neoclássicos (a maioria) sabem disso!

A daí?

Os estudos de distribuição de rendimentos são de reconhecida complexidade, uma vez que o fenômeno é multi-determinado e reflete diferentes variáveis, tanto ao nível da oferta, como da demanda de trabalho. Não apenas é difícil a determinação dos níveis médios de rendimento, como as questões referentes à sua distribuição são ainda mais controversas:

As firmas dispõem de distintos graus de monopólio no sentido de sua capacidade de determinar preços, perdendo parte de sua clientela. A competição monopolista predomina na maioria dos mercados, incluindo os trabalhadores, que dispõem de um certo poder, quando ocupando um posto de trabalho (A daí?)

A situação no mercado de trabalho do final dos anos noventa é mais grave do que as crises anteriores de falta de oportunidade para trabalhar porque, além de uma perda de dinamismo do crescimento econômico, ocorre também um

descolamento entre o movimento do nível de renda e produto e a geração de novos postos de trabalho. Ao lado destes fenômenos, que mudam a demanda de trabalho, existem mudanças profundas na composição da População Economicamente Ativa e nos conceitos de inatividade.

Além do problema do desemprego, aumenta o trabalho em tempo parcial e crescem os postos de trabalho com relações não tipicamente assalariadas. A duração do desemprego se amplia, atinge setores executivos e é muito maior entre os jovens. Com o crescimento da produção industrial em finais do século XIX, o setor serviços tornou-se o principal empregador, provocando uma grande alteração na composição setorial do mercado de trabalho, compensando a redução do trabalho agrícola e expandindo os empregos no setor terciário. Nos finais do século XX, esta fonte de expansão do emprego começa a se esgotar, com as enormes mudanças tecnológicas vividas no setor de serviços. O *Welfare State* entra em crise, reduzindo o emprego no setor de serviços sociais e os serviços voltados para a produção se expandem, com redução da criação de novos empregos na mesma proporção do passado.

Depois do predomínio das políticas de estabilização dos preços e do crescimento do desemprego associados aos períodos de des-regulamentação e redução do papel do estado, as relações entre preços e emprego se quebram e a concentração de renda passa a ocupar o centro da conjuntura. A virtualidade dos circuitos financeiros e seu descolamento dos fluxos reais abre margens para a expansão concentrada da vitalidade na geração de renda e na realização do produto, ao mesmo tempo em que um número crescente de pessoas passa a viver abaixo da linha de pobreza e sem perspectivas de absorção produtiva.

CHAVÕES!

Os estudos avaliados nos dois primeiros capítulos referem-se fundamentalmente a economias nacionais, que refletem os impactos das políticas macroeconômicas.

O primeiro capítulo faz uma revisão da extensa controvérsia teórica sobre o relacionamento entre a taxa de desemprego e a inflação, desde sua formulação keynesiana original, no debate com Pigou sobre o papel dos salários nominais

na definição do nível de emprego, até a crise atual das hipóteses das expectativas racionais, que negavam o papel da política e da renda real.

Grande parte do debate refere-se à curva de Phillips problematizada, tanto na sua especificação funcional, como nos aspectos dinâmicos referentes às mudanças de conjuntura de formação das expectativas sobre os preços. São também apresentados alguns modelos, de forte conotação micro econômica, que pretendem analisar mais detalhadamente o funcionamento do mercado de trabalho e os vínculos entre os movimentos de salários nominais, preços e produção.

O segundo capítulo procura destacar as mudanças do cenário macroeconômico no qual a curva de Phillips foi elaborada e que repercutem na forma como o trabalho e o capital se relacionam. As transformações do papel do estado e das maneiras com que intervém na vida econômica são fundamentais para explicar a quebra dos mecanismos estabilizadores que existiam na relação entre o mercado de trabalho e de produto. Por outro lado, a expansão da dimensão financeira no processo de distribuição de renda e seus impactos sobre as formas de produzir também modificam profundamente os vínculos entre os salários nominais, excedente gerado na produção e preços. Neste contexto de grandes alterações da vida econômica e social, o papel dos sindicatos se modifica e sua influência sobre a participação dos salários na produção nacional passa a ser um elemento-chave para o entendimento da intensificação da concentração de renda nos programas de estabilização e na dinâmica econômica dos últimos anos do século XX.

Além desta avaliação da experiência internacional, no terceiro capítulo busca-se comparar alguns dos resultados teóricos com dados empíricos relativos à situação da Região Metropolitana de Salvador, uma região periférica no Brasil que sofre tantos os efeitos da política macroeconômica, como apresenta especificidades produtivas e de composição de PIA que aprofundou o conhecimento dos papéis relativos das variáveis associadas à acumulação de *skills*, explicação tradicional para o aumento das desigualdades, como os impactos de outras variáveis, tanto microeconômicas, - como o setor de

atividade e o tipo de relação de trabalho, - atributos pessoais, - como macroeconômicas, - como a inflação e o ritmo de crescimento do produto.

No terceiro capítulo, o enfoque é diferenciado uma vez que se observa a dinâmica de uma economia periférica, onde os impactos da política macroeconômica têm um efeito retro-alimentador relativamente pequeno nas decisões centrais da formulação de políticas. Em segundo lugar, a investigação concentra-se em apenas alguns setores desta economia, que tendem a ter sua movimentação mais fortemente influenciada por variáveis locais como os serviços, por exemplo.

O estudo se volta para investigar as mudanças que ocorreram em alguns setores econômicos da RMS e seus efeitos sobre o mercado de trabalho em termos de desemprego, ocupação e rendimentos, nos anos noventa. Como o presente estudo limita-se a uma região metropolitana periférica, as variáveis macroeconômicas são tomadas como dadas e condicionantes da periodização escolhida. Neste capítulo são apresentados os indicadores de variação do PIB estadual e dos seus setores da indústria de transformação e do comércio, hotéis e restaurantes pela sua concentração na região e pela sua relevância para a atividade econômica local. Avalia-se também o comportamento do mercado de trabalho, da distribuição da renda, do comércio varejista e a oferta de vagas no sistema escolar. São analisadas também detalhadamente as modificações das ocupações, comparando-se dados de 1987 e 1997. Destacam-se neste capítulo, a queda dos rendimentos médios reais, apesar do aumento dos indicadores de qualificação, assim como a redução da concentração de renda, não porque os rendimentos dos primeiros degraus da distribuição <sup>também aumentou</sup>, mas por que o ajuste macroeconômico penalizou principalmente os salários maiores.

(4)

7/1

Truncated!

## MACROECONOMIA DO DESEMPREGO E DA INFLAÇÃO

*Phillips curve doctrine is in an important sense the post-war analogue of Keynesian wage and employment theory, while natural rate doctrine is the contemporary version of the classical position Keynes was opposing.*

*James Tobin, 1972. Discurso de posse na American Economic Society.*

*Full employment – imagine macroeconomics deprived of the concept. But what is it? James Tobin, 1972. Discurso de posse na American Economic Society.*

*Nevertheless, we feel that a divide has grown between macroeconomists and labor economists, at least on this side of Atlantic. Too much theoretical work on the natural rate of unemployment by macroeconomists is divorced from microeconomic evidence, and too much microeconomic work seems in search of a broader theoretical framework for interpretation. This is unhealthy. Blanchard and Katz, 1997, p. 70 em um paper discutido por muitos dos mais importantes macroeconomistas contemporâneos.*

### INTRODUÇÃO

Muitos economistas hoje acreditam que não se pode reduzir o desemprego, porque os limites para a criação de emprego são determinados pelo começo da aceleração inflacionária. Esta formulação aparentemente singela encobre a defesa da impossibilidade de intervenção da política econômica nas variáveis reais da economia, no longo prazo, uma vez que os mecanismos de transmissão de expectativas ajustaria os níveis de preços e salários, fazendo retornar a ocupação para os padrões compatíveis com a taxa nula de inflação. É uma afirmação que sugere a minimização da intervenção no mercado e serve para justificar políticas de “sacrifício presente para melhorias futuras”. Ajuste fiscal, realismo cambial, flexibilização das relações de trabalho ocupam a cena.

Assim, no momento em que as taxas de inflação são baixas e o desemprego é alto em muitos países, a discussão sobre os ajustes de salários nominais e preços ganha relevância, além das questões relacionadas a mudanças

tecnológicas e transformações das variáveis reais da economia. Na sua origem, esta discussão referia-se aos impactos das mudanças dos salários nominais sobre os níveis de emprego e hoje ela se apresenta em torno da remoção dos elementos que são considerados como responsáveis pela rigidez do mercado de trabalho e suas conseqüências sobre o desemprego. Quando as mudanças da tecnologia, tema ausente da maioria dos trabalhos macroeconômicos, são consideradas, as características do mercado de trabalho contemporâneo tornam ainda mais tênues as relações entre o custo do trabalho e o nível de emprego, assim como problematizam as relações keynesianas entre demanda efetiva e mercado de trabalho, uma vez que o conceito de produtividade marginal do trabalho, (ainda presente) no modelo de Keynes, perde importância. *(mas não se por aí!)*

Um dos argumentos contrários ao pensamento keynesiano destacava que o desemprego é um problema estrutural da economia e portanto não podia ser afetado pela política econômica. Como mencionado em outro trabalho<sup>1</sup>, o destaque para as mudanças estruturais como causas do atual nível de desemprego não é tão novo como parece no Brasil. A discussão sobre os impactos das novas tecnologias no mercado de trabalho vem se intensificando na Europa e nos EUA há mais de 25 anos. Desde o final da década de 70 e começo dos 80, algumas das questões centrais do chamado desemprego estrutural já vêm sendo estudadas, destacando-se as dificuldades de continuidade do crescimento do emprego em tempo integral, a redução da posição relativa dos postos de trabalho no setor industrial, a crescente demanda por mão de obra mais qualificada, exigindo uma mais extensiva educação continuada, a diminuição do tempo de trabalho ao longo da vida dos trabalhadores (entrada mais tardia e aposentados mais jovens), o encolhimento do tamanho da força de trabalho em cada estabelecimento, a ampliação do setor informal, o aumento da população dependente (inativos e desempregados) e uma redução absoluta dos empregos manuais, o

<sup>1</sup> Azevedo, jun 1996.

Falk  
discutir  
a posição  
de  
Keynes!

O que  
tem Brasil  
a ver?

↓  
idade? O subvinte é a diminuição  
PIG  
1 ms.  
ele se  
estrut  
basead  
no PI

enfraquecimento dos sindicatos<sup>2</sup> e o novo papel da família em substituição e/ou complementação do estado de bem-estar. A temática, portanto, não é nova.

óbvio

Se não é tão nova a discussão sobre o chamado desemprego tecnológico de raiz estrutural, ainda mais antiga é a discussão geral sobre desemprego, em seus aspectos conjunturais. A mais longa série de dados sobre esta taxa refere-se à Grã-Bretanha e ilustra a sua evolução na maior parte dos países industrializados.

Podem ser identificados cinco períodos diferenciados<sup>3</sup>. De 1855 até 1913, a taxa de desemprego flutua bastante, acompanhando os ciclos econômicos, com amplitude em torno de 5% da População Economicamente Ativa. Foi um período que poderia ser caracterizado como o mais próximo do que se convencionou chamar de livre mercado: a legislação trabalhista engatinhava, os sindicatos se formavam, o estado de bem-estar social inexistia e, apesar da formação dos grandes monopólios, havia uma grande flutuação de preços, refletindo movimentos de oferta e demanda, particularmente em bens de consumo. Apesar disto, o desemprego era alto e mudava intensamente, refletindo os ciclos econômicos.

As duas grandes guerras são períodos de baixos níveis de desemprego, de grande intervenção do estado e de condições excepcionais de funcionamento do mercado de trabalho. O pós-Segunda Guerra conviveu com baixos níveis de desemprego, altos níveis de crescimento econômico e baixa taxa de inflação. Neste período, pode-se identificar o predomínio das políticas keynesianas, expansão do estado de bem-estar social, proteção ao trabalho e redistribuição de renda e riqueza, via mecanismos fiscais. O desemprego e a inflação se mantêm baixos.

---

<sup>2</sup> Estas são algumas das conclusões do relatório da Comissão Brundtland, 1987.

<sup>3</sup> Ormerod, 1995.

Os anos entre guerras, especialmente 1920-1938 e o final deste século XX, depois de meados da década de 70 são períodos semelhantes, em termos de nível médio de desemprego. Neste dois períodos, as taxas de desemprego são muito altas, porém suas flutuações são irregulares, não se podendo identificar nenhum padrão dominante, relativamente às taxas de inflação e de crescimento econômico.

Nas duas últimas décadas do século assiste-se à intensificação da desregulamentação dos mercados de trabalho, à falência fiscal dos sistemas de bem-estar, a generalização de elementos ideológicos vinculados ao consumismo e individualismo. As taxas de inflação parecem ser controladas, mas a exclusão social, o desemprego e as condições de vida pioram, retornando a níveis comparáveis com os do início do século.

A análise desta série longa não parece levar à conclusão de que a chamada flexibilização das relações de trabalho possa assegurar, por si só, um maior nível de emprego. Além dos fenômenos econômicos, o mercado de trabalho também retrata alterações demográficas e reflete distintas configurações político-sociais que modificam os seus componentes estruturantes. O próprio conceito de População em Idade Ativa (PIA) muda, com a redução do trabalho infantil e aposentadorias mais precoces. O conceito de inatividade se altera, com o aumento da participação das mulheres nos mercados de trabalho e, a própria conceituação de ocupação, sofre efeitos dos novos processos produtivos e novas relações de trabalho.

As últimas décadas trazem modificações profundas, na forma de produzir e de gerir a produção, com o desaparecimento progressivo de postos de trabalho, a diminuição de níveis hierárquicos, a substituição de trabalho diretamente produtivo por trabalho indireto e a redução do trabalho industrial em relação

aos postos de trabalho nos serviços<sup>4</sup>. Nestas circunstâncias, o “crescimento sem emprego” tem sido cada vez mais freqüente, deslocando efetivamente as motivações para criação de emprego, da esfera dos custos individuais para as estratégias de consolidação de posições no mercado e intensa competitividade.

Com o crescimento das taxas de desemprego, acirram-se os debates sobre as alternativas de políticas para a criação de novos postos de trabalho. Duas grandes vertentes podem ser identificadas nesta discussão: aqueles que consideram o desemprego como um fenômeno de ajuste conjuntural das economias, que respondem a variações de preços ou de demanda agregada, e aqueles que atribuem seu crescimento recente a mudanças estruturais da forma de produzir, que estariam eliminando os postos de trabalho e criando uma sociedade com trabalho, porém “sem empregos”<sup>5</sup>.

O debate sobre as formas de combater o desemprego coloca-se, portanto, também entre a utilização de variáveis nominais e a intervenção direta nas condições de funcionamento do mercado de trabalho e de produto. Este tem sido um debate fundamental na Macroeconomia: salários flexíveis garantem pleno emprego, ou o nível de emprego depende das condições do mercado de produtos? Se a resposta keynesiana for verdadeira, com a redução dos níveis dos salários, não serão necessariamente gerados novos postos de trabalho, que só serão criados na medida em que o mercado de produtos possa absorver a produção excedente, resultante dos novos empregos. Os neoclássicos argumentam que, numa situação de economia aberta, existe sempre a possibilidade de colocação dos produtos adicionais no mercado externo, ou que os preços relativos se alteram e há a substituição de trabalho por capital.

---

<sup>4</sup> Bluestone and Harrison, 1982, Gill, 1985 e Harman, 1975 são alguns trabalhos pioneiros sobre a chamada “desindustrialização” e o papel das instituições no mercado de trabalho. Já em 1977, a OECD, através de McCracken, 1977, recomendava a flexibilização dos mercados de trabalho contra o desemprego

<sup>5</sup> Existem ainda os que destacam o enorme aumento da produtividade do trabalho, o que poderia levar até a sua própria eliminação no futuro.

A próxima seção apresenta as primeiras formulações sobre o relacionamento entre salários e desemprego, buscando destacar sua adequação à análise dos dados referentes a um particular momento histórico. Procura-se explorar a contribuição de Keynes contrária à idéia de que a flutuação dos salários nominais seria um bom instrumento para reduzir o desemprego. Nesta seção são lembrados a dinâmica dos salários reais e o papel das variáveis que afetam a demanda agregada antes de impactar sobre o emprego. Desenvolve-se também o argumento básico de que as variações de salários nominais não devem ser tomados como ponto de partida para a interpretação do fenômeno do desemprego involuntário, que está fortemente associado a deficiências no mercado de produtos.

A terceira seção apresenta o debate provocado pela curva de Phillips que estabelece uma relação negativamente inclinada entre a situação de desemprego e a variação das taxas de salários nominais, dando margem a interpretações de que, no curto prazo, os níveis de inflação e desemprego poderiam ser escolhidos como objetivos de política econômica, com a sociedade podendo optar por mais de um problema ou mais do outro. O debate sobre a curva de Phillips coincide com o recrudescimento de processos inflacionários, iniciando o deslocamento da prioridade das políticas econômicas dos países centrais, que começam a abandonar a tentativa de alcançar o pleno emprego, em busca de políticas de estabilização monetária. A controvérsia acadêmica volta-se para os mecanismos inflacionários, saindo do centro de atenções o conceito de desemprego involuntário, substituído por noções de desemprego friccional que, mesmo dependentes de elementos estruturais do mercado de trabalho, não podem ser efetivamente associados à idéia de pessoas procurando e não encontrando trabalho por causa de deficiências do mercado de produtos, como via Keynes.

A quarta seção apresenta a versão mais contemporânea da curva de Phillips podendo formalizar os supostos sobre o impacto das expectativas, tanto sob as hipóteses originais com aceleração nula da inflação,- que relacionam os níveis de inflação com a taxa de desemprego,- como no caso das expectativas adaptativas, que transladam o relacionamento da taxa de desemprego da taxa

de inflação para a sua taxa de aceleração. Os debates convergem para a curvatura e a mutabilidade da curva de Phillips. Nesta seção, são introduzidos os elementos expectacionais que provocaram a reviravolta teórica de negação da curva de Phillips no longo prazo e o retorno da ortodoxia neoclássica, de forma adequada às mudanças nas relações de trabalho e às novas realidades do mercado de trabalho dos últimos vinte anos.

A seção seguinte apresenta alguns dos modelos que procuram identificar microfundamentos para a relativa dificuldade de ajuste dos salários nominais e estabilidade dos salários reais que teimosamente se mantinha, mesmo com a redução dos elementos de rigidez externa dos mercados de trabalho, de forma incoerente com os ensinamentos dos modelos dominantes. A quinta seção aborda a baixa elasticidade-produto do emprego, discutindo alguns elementos que introduzem a clivagem entre o nível de produção e a demanda de trabalho que problematizam sua derivação, uma vez que novos condicionantes se interpõem entre os níveis de produção e a necessidade de absorção de trabalho. Contratos implícitos e salários-eficiência explicam o relacionamento custos, produtividade e emprego, de forma mais complexa do que as situações de equilíbrio da oferta e demanda poderiam sugerir.

A sexta seção mostra como as mutações da taxa de desemprego natural contestam as bases teóricas dos modelos baseados na versão aceleracionista da curva de Phillips, identificando as principais variáveis que influem em seus deslocamentos nos anos oitenta e noventa. Esta seção também investiga com mais detalhes os relacionamentos relativos entre a atividade econômica, o desemprego e a ocupação, sinalizando os seus efeitos sobre as políticas econômicas, que são abordados nas conclusões.

#### DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO E FLEXIBILIDADE DE SALÁRIOS NOMINAIS

Em 1996, um Prêmio Nobel em Economia Gary Becker<sup>6</sup>, analisando o desemprego na Europa, afirmava que o problema seria solucionado com a

---

<sup>6</sup> Business Week, março de 1996, apud Gazeta Mercantil, 8/04/96.

desregulamentação do mercado de trabalho, pois haveria assim mais empregos, ainda que às custas de deterioração das condições de vida, devido à redução dos ganhos individuais provenientes do trabalho e, portanto, do seu custo unitário. Este ensinamento da teoria econômica tradicional pressupõe que o custo do trabalho é o elemento fundamental na definição do nível de emprego, independente da situação da demanda agregada e da tecnologia. A versão moderna da defesa das políticas de flexibilização das relações de trabalho –leia-se redução dos custos totais do trabalho utilizado, - como forma de aumentar o nível de emprego, pode ser identificada com as clássicas formulações de ajustes salariais. Esta formulação de Becker ecoava o entendimento clássico de que a flutuação dos salários nominais permitiria ajustes no nível de emprego da economia, se refletida em mudança dos salários reais, desconsiderando as contribuições consolidadas desde a Teoria Geral de Keynes.

A fundamentação básica, para justificar as relações entre a flexibilização das relações de trabalho com a expansão do emprego, pode ser encontrada no histórico debate entre Keynes e Pigou, que marcou o início da Macroeconomia moderna nos anos 30 e 40. Enquanto Pigou acreditava que, no longo prazo, o desemprego *can be cured by wage adjustments*<sup>7</sup>, Keynes achava que o salário real não é determinado pelos movimentos dos salários nominais, dependendo mais de outras forças do sistema, como a demanda agregada.

Devido ao recorrente problema de desemprego flutuante do período 1920-1938, os economistas se dividiram entre aqueles que acreditavam que o livre mercado, com a flutuação dos preços e salários poderia ajustar o mercado de produtos aos níveis de pleno emprego, onde só estariam desempregados aqueles que não desejassem trabalhar aos salários dados ou que estivessem em transição entre empregos, e aqueles que davam mais importância às relações entre o emprego e os ciclos de produção, influenciados pelo comportamento da demanda efetiva.

---

<sup>7</sup> Keynes, 1936, p. 278.

Keynes contra-argumentava, ainda no contexto teórico da economia neoclássica, que o equilíbrio não se formava no mercado de trabalho, mas era determinado pelo mercado de produtos, resultando dos movimentos da demanda efetiva, fortemente influenciados pelas decisões de investimentos, com pouca relação com a renda corrente. Esta demanda efetiva definia o nível de produto, que por seu turno tinha relações tecnológicas com o nível de emprego, não necessariamente chegando a pleno emprego. O desemprego involuntário era possível e deveria ser combatido através de políticas fiscais e monetárias ativas que estimulassem a demanda agregada, levando-a a atingir níveis socialmente desejados.

O argumento de Keynes baseava-se na hipótese de que as empresas definem a demanda de trabalho numa estratégia de maximização de lucros, onde elas ajustam os níveis de emprego a cada nível de salário real, enquanto a oferta de trabalho expressa o volume máximo de trabalho que os trabalhadores estão dispostos a colocar à disposição da produção. Para Keynes, na Teoria Geral, no entanto, esta oferta de trabalho tinha uma forma peculiar, pois os trabalhadores não conseguem atuar sobre esta curva, estando dispostos mais a trabalhar do que não trabalhar, de tal maneira que o nível real de emprego é determinado pela demanda efetiva de produto e a produtividade marginal do trabalho fixa os salários reais máximos, para cada nível de produção. Se o nível de emprego depende fundamentalmente da demanda de trabalho, é possível que uma certa quantidade de trabalho encontre-se "involuntariamente" desempregada, o que será medido pela distância entre a quantidade ofertada de trabalho e a quantidade demandada, neste particular nível de salário. Assim, Keynes está preocupado com o nível de desemprego involuntário e não com aquela parte da força de trabalho que possa vir a estar, por qualquer motivo, fora da ocupação por escolha.

O argumento neoclássico, para dizer que esta é uma situação transitória, depende da suposição de que os salários podem cair o suficiente para, ao longo da mesma curva de demanda, o emprego crescer até atingir a situação de pleno emprego. Implicitamente, supõe-se que os desempregados podem pressionar os salários para baixo, oferecendo-se a trabalhar por menos e as

Não é tanto esse  
o problema (alguém  
com isso), mas  
de não se obter  
o nível de  
curva de  
trabalho,  
e portanto algum  
equilíbrio entre  
oferta e demanda

✓

?

empresas serão compelidas a agir assim, substituindo seus trabalhadores por novos ou fazendo com que os atuais ocupados aceitem baixar seus ganhos. Este é um processo com pequena validade histórica e com uma inconsistência lógica referente à possibilidade da existência de excedente da oferta de trabalho alterar as estratégias internas de maximização dos lucros das firmas, que são tomadas sob a hipótese de salários fixos.

Um dos elementos básicos deste processo de ajuste do mercado de trabalho é a possibilidade do ajuste walrasiano simultâneo de preços relativos e quantidades<sup>8</sup>, o que levaria a eliminação de qualquer excesso de oferta (desemprego) no mercado de trabalho, a não ser na presença de incertezas, assimetria de informações ou outras imperfeições.

Os neoclássicos, no entanto, consideravam que qualquer limitação ao livre funcionamento do mercado, na busca de atender os requisitos de maximização dos interesses de cada agente, introduziria ineficiências no sistema e portanto, apresentaria um custo social maior do que o equilíbrio pleno, com salários, preços e emprego compatíveis com as dotações iniciais dadas e distribuídas de capital e trabalho. As políticas de inspiração keynesiana para estimular a demanda agregada enquadrar-se-iam nesta tipologia e portanto, precisariam, de acordo com esta tradição, ser combatidas para viabilizar o funcionamento do livre mercado.

✓ } Apesar de presente em muitos livros-textos de macroeconomia, Keynes não necessitava do conceito de ilusão monetária ou da rigidez do salário nominal para o seu modelo. Em suas obras anteriores à Teoria Geral, Keynes não trata das relações dos salários nominais com o emprego. Os salários aparecem em séries históricas para indicar sua evolução ou para ressaltar as injustiças decorrentes da ação das leis de oferta e demanda<sup>9</sup>. Por outro lado, pode-se

---

<sup>8</sup> Matematicamente esta existência da solução de equilíbrio exige o atendimento das condições do teorema do ponto fixo de Brouwer (Takayama, 1985, p. 260) que, em outras palavras, implica em solucionar as equações de excesso de demanda de todos os mercados, com a variação dos seus preços, até que elas se igualem a zero.

<sup>9</sup> Harris, 1947(1976), p.14.

argumentar que a rigidez do salário nominal não é um ponto de partida, e sim uma consequência do modelo, utilizando-se o procedimento keynesiano de utilização das unidades de salário como *numeraire*, o que não teria sentido se os mesmos fossem considerados como permanentemente rígidos.

Em seu famoso Capítulo 19<sup>10</sup>, Keynes afirma de forma categórica que os neoclássicos estão “acostumados a apoiar o caráter supostamente auto-ajustável do sistema econômico sobre uma pretensa fluidez dos salários nominais; e, quando há rigidez, a atribuir a essa rigidez a responsabilidade pelos desajustes” (nossos destaques)<sup>11</sup>. Esta citação é evidência clara de que a intenção de Keynes na Teoria Geral<sup>12</sup> era investigar a situação do desemprego involuntário e mostrar que a rigidez dos salários nominais não era uma pré-condição para seu modelo, mas uma consequência do funcionamento da economia sob a influência do princípio da demanda efetiva, em substituição à lei de Say. Keynes buscava investigar qual a relação que se estabelece entre as variações dos salários nominais e a oferta, discutindo a relação entre trabalho e produção, intermediada pelos elementos da demanda agregada.

Ele admitia, como os neoclássicos, o pressuposto de que a maximização do lucro por parte das empresas levaria à determinação de uma curva de demanda de trabalho ótima, quando os salários se igualassem ao valor da produtividade marginal do trabalho. Se a economia é de concorrência perfeita e as firmas maximizam os lucros, o custo marginal tem que ser igual ao preço, porque o preço é a receita marginal da empresa<sup>13</sup>. O principal componente do custo marginal é determinado pelos salários, de forma que a correlação salários nominais e preços é sempre positiva, indicando que o mercado está

<sup>10</sup> Keynes, 1936, Cap. 19.

<sup>11</sup> Keynes, 1936, p. 257.

<sup>12</sup> Amadeo e Estevão, 1994, p. 172-73 destacam que no *Treatise of Money* Keynes trata principalmente do desemprego voluntário.

<sup>13</sup> Estas suposições, junto com os princípios dos retornos decrescentes da função de produção, tornam endógena a distribuição de renda entre salários e lucros e elimina os efeitos distributivos da produção sobre a demanda agregada. Amadeo e Estevão, 1994, p. 32.

(±)

(3)

Wol'ham  
me.

✓

funcionando e quedas de salários se reproduzem em alguma redução dos preços.

Se os preços caem, dada a teoria quantitativa da moeda, para a mesma quantidade de moeda, o equilíbrio só se mantém se a produção crescer, para atender à maior quantidade demandada, elevando o nível de emprego, forçando os salários a caírem para acompanhar a perda de produtividade, conseqüente da elevação da ocupação. Assim, pode-se explicar como, na visão de Keynes, os neoclássicos justificam a relativa estabilidade dos salários reais frente aos choques nominais. Este raciocínio clássico liga o comportamento do mercado monetário com o mercado de trabalho e de produto através da teoria quantitativa associada a demanda de moeda para transações. Modigliani<sup>14</sup> chega a afirmar que o modelo keynesiano, na presença da armadilha da liquidez, - portanto, incorporando a demanda especulativa de moeda, - pode ter desemprego com equilíbrio, mesmo se os salários forem flexíveis, uma vez que a taxa de juros passa a ser uma variável pré-determinada.

✓ Keynes pretende mostrar que os efeitos da variação dos salários nominais são semelhantes aos efeitos da política monetária e portanto, podem ser obtidos mais eficientemente através dos instrumentos de política econômica, - que impactam o conjunto da economia - do que localizadamente através das mudanças de rendimentos dos trabalhadores. Ele destaca que se os salários caem, a renda dos trabalhadores cai também introduzindo problemas de realização no modelo, levando, portanto, à possibilidade de que o aumento do emprego potencialmente induzido pela redução do custo do trabalho seja eliminado pela contração do mercado de produto.

Keynes também introduz a importância dos salários relativos e da estrutura de distribuição dos salários, como argumentos na relação preços, salários e produção. Discutindo a lógica dos trabalhadores, contrariando hipóteses

---

<sup>14</sup> Modigliani, 1944(1976), p. 285. Tobin, 1947(1969), p. 370 destacava também que se a elasticidade dos investimentos aos juros fosse nula o desemprego existiria, apesar dos salários flexíveis.

posteriormente difundidas sobre a importância da ilusão monetária para o modelo de Keynes, encontra-se na Teoria Geral a introdução dos salários reais relativos entre as categorias como um dos elementos fundamentais da ação negociadora dos sindicatos, mais do que o comportamento dos salários reais individuais ao longo do tempo, fora do controle da categoria por depender do movimento dos preços. Com isso, fica claro que a relação salário/emprego não é trivial.

Há um mercado de trabalho e um mercado de produtos definindo o equilíbrio entre oferta e demanda, fixando um preço de equilíbrio. Essas quantidades demandadas têm uma associação com um dado nível de emprego, que está associado a um determinado salário nominal. Esse raciocínio é válido para uma empresa, para uma indústria; é válido microeconomicamente, porém ele não é válido macroeconomicamente, pois há o mercado de produtos, que é determinante do volume total de produção.

Keynes<sup>15</sup> apresenta então duas grandes questões:

Se os salários nominais caem, tudo mais constante, cresce o emprego?  
Será que a variação do salário afeta a demanda de trabalho ou afeta a demanda efetiva através dos impactos sobre a taxa de juros, a eficácia marginal do investimento e a propensão marginal a consumir?

Keynes destaca as dificuldades de se obter resultados sobre a demanda agregada a partir da redução dos salários nominais, concluindo portanto, que a rigidez dos salários é o resultado do seu modelo e não um pressuposto determinado *a priori*<sup>16</sup>. A idéia central é de que há desemprego involuntário e que ele não pode ser removido diretamente por variações de salários nominais, que afetam o emprego somente através das mudanças da demanda agregada.

Keynes destaca vários efeitos intermediários na relação entre salários e demanda de trabalho, uma vez que somente uma mudança continuada da demanda agregada poderia alterar as variáveis estruturantes do mercado de produto, de forma a chegar a impactar o nível de emprego. A diminuição do

---

<sup>15</sup> Keynes, 1936, p.260.

<sup>16</sup> Chick, 1993, p. 144 e Patinkin, 1951(1969), p. 136.

salário implica na redução da participação dos trabalhadores na renda nacional, contraindo a proporção da renda dos assalariados, em relação aos não assalariados. Os assalariados, em geral, tendem a ter uma propensão média a consumir maior do que os não assalariados. Se a queda do salário nominal faz cair a participação relativa dos assalariados, que consomem mais, o efeito é baixar a propensão média a consumir, para a sociedade como um todo. Evidentemente que esta queda provoca uma elevação dos níveis de poupança. Logo, pelo efeito da redistribuição funcional da renda há redução de consumo e aumento da poupança; que não vai necessariamente transformar-se em investimento impactante sobre a demanda agregada e sobre o emprego.

Um dos mecanismos complexos que associam os movimentos dos salários nominais ao emprego refere-se aos efeitos redistributivos sobre o consumo. Na medida em que os salários caem, a demanda dos trabalhadores que tiveram seus salários reduzidos é menor. Mas se os preços caíam, a demanda de todos os trabalhadores aumenta, via preços. Temos então dois efeitos: o de renda e o efeito-preço.

Na medida que diminui a renda, a demanda agregada tende a cair. Mas como os preços caíam, os outros que não tiveram seus salários reduzidos, aumentam sua demanda. Esse aumento da demanda pode até compensar ganhos da perda de salários e a resultante sobre o emprego vai depender da elasticidade do emprego sobre salários. Se a economia é aberta e os salários nominais caem, aumenta a demanda de bens nacionais, passa-se a exportar mais e melhora a balança comercial, se a taxa de câmbio for fixa e não for seguida de mudanças na estrutura de tarifas. Isto aumenta o emprego.

Além disto, vai haver um efeito sobre os termos de troca numa economia aberta. Se a taxa de câmbio é fixa, os preços dos produtos importados não se alteram, ao passo que os preços dos exportados caem, piorando os termos de troca. Pelo efeito Balança Comercial, vai haver um aumento de oferta de moeda estrangeira impactando sobre a base monetária nacional na hipótese de câmbio fixo. Esta expansão monetária interna afeta os preços, chegando a influir sobre a taxa de câmbio, portanto, reduzindo os preços das importações, que sobem e neutralizam os impactos positivos sobre o emprego.

Se o câmbio se mantiver estável, a economia precisará exportar quantidade física maior para obter a mesma importação que antes. Então, do ponto de vista da importação, esse processo externo exige uma maior exportação física para obter a mesma quantidade de importações. Logo, do ponto de vista da renda nacional, reduz-se a renda nacional, porque tem-se que produzir mais renda, para obter o mesmo volume físico de produto externamente, aumentando porém o nível de emprego.

Há também um efeito dinâmico que atua sobre as expectativas empresariais, em relação à queda dos salários. Se a expectativa é que haja um repique futuro dos salários, os investimentos aumentam, porém se a expectativa é de que eles continuarão caindo, a demanda agregada irá diminuir no presente, uma vez que os investimentos tendem a ser adiados. Os efeitos sobre o emprego, portanto, dependem de como os empresários traduzem sua expectativa sobre a continuidade do movimento dos preços e salários, e não diretamente da queda do custo do trabalho.

Ainda no plano das expectativas, se a queda dos salários é generalizada e ocorre com diminuição da folha de pagamentos isto não necessariamente implica em aumento dos investimentos, porém modifica o clima político e social, aumentando as expectativas de lucro dos empresários. Por outro lado, se os trabalhadores reagirem generalizadamente à queda de seus salários nominais, o clima de negócios pode deteriorar-se e os investimentos podem se contrair.

Se a queda dos salários induzir uma redução dos preços e a oferta nominal de moeda se mantiver constante, o seu valor real aumenta, sugerindo uma queda das taxas de juros que estimularão os investimentos. Por outro lado, a queda dos preços, se não compensada por um aumento de quantidade correspondente, diminuirá a demanda de transações, também induzindo a uma queda dos juros, estimulando o investimento e o emprego.

Um outro efeito, que se pode inferir a partir da redução dos salários nominais e seus impactos sobre preços, decorre das mudanças nas relações credores-devedores. Com a deflação, os devedores terão dificuldades de saldar seus

compromissos, aumentando a insolvência e prejudicando o clima de negócios, dificultando a criação de emprego.

Tobin<sup>17</sup>, entre outros, chama a atenção também para os efeitos da substituição entre os fatores de produção, uma vez que a queda dos salários nominais aumenta a troca dos outros fatores por trabalho, que tem seu preço reduzido, anulando os ganhos iniciais da queda dos salários. Na escolha entre redução de salários nominais e variações dos preços, Keynes opta pelas últimas para estimular o ajuste da economia, entre outras coisas porque, para ele, os salários relativos desempenham um papel importante, que se neutraliza quando os preços são utilizados para modificar os salários reais de todos os trabalhadores.

Pode-se afirmar que o principal argumento no capítulo 19 sobre os impactos da flexibilidade do salário nominal é de natureza dinâmica<sup>18</sup>, de maneira que a queda dos salários só impactará sobre o nível de emprego se afetar a demanda de moeda e, através dela, influenciar a taxa de juros, a eficácia marginal do investimento e a propensão a consumir, concluindo portanto que não se pode esperar que a simples flexibilidade dos salários seja suficiente para levar a economia a um estado de contínuo pleno emprego.

Como conclusão final, para Keynes os salários nominais podem variar. Só que como instrumento de política macroeconômica, é melhor salários nominais fixos ( $W$ ), e para obter efeito sobre a demanda agregada, recomenda-se a intervenção do Estado, através da política monetária e fiscal, porque isso tem impacto mais direto na economia. Logo, se pretende-se aumentar o emprego, se pode intervir na demanda agregada, diretamente com as políticas monetária e fiscal que têm mais efeito sobre o mercado de trabalho do que todo o ajuste pelo salário.

Apesar destas claras posições de Keynes, os seus intérpretes, principalmente a partir das contribuições de Hicks-Hansen que deram origem os modelos IS-

---

<sup>17</sup> Tobin, 1947(1969), p. 371-72.

<sup>18</sup> Oreiro, 1997.

LM, ao tentarem estabelecer a síntese Keynes-clássicos e tirarem do modelo de Keynes seu caráter recursivo, dar a igualdade poupança-investimento um papel dominante e associar a taxa de juros monetária à natural<sup>19</sup>, criaram modelos capazes de avaliar os efeitos de políticas econômicas, mas que requeriam para a sua lógica interna que os salários nominais fossem rígidos ou que os trabalhadores tivessem ilusão monetária para justificar a existência de desemprego involuntário. Na medida em que a oferta de trabalho era reinstituída de forma semelhante aos clássicos e a oferta de produto era determinada pelo equilíbrio do mercado de trabalho, a flexibilidade de preços e salários conduziria a economia ao pleno emprego<sup>20</sup>. Só a consideração destes elementos de rigidez poderia resgatar o conceito de desemprego involuntário de Keynes, mesmo que às custas de violentar os pressupostos básicos de seu modelo, na medida em que minimiza o princípio da demanda efetiva como determinante do equilíbrio macroeconômico.

#### INFLAÇÃO E DESEMPREGO: A CURVA DE PHILLIPS

Em finais da década de 50, quando a teoria keynesiana parecia consolidada em suas conclusões a respeito das interrelações entre os mercados de bens e de trabalho, sob o amplo domínio dos modelos IS-LM, em um contexto não inflacionário e com políticas objetivando reduzir o desemprego, Phillips<sup>21</sup> apresentou um estudo empírico, sem fundamentação teórica suficiente<sup>22</sup>, com dados centenários do Reino Unido, mostrando como se elevavam os salários nominais se a taxa de desemprego declinasse, dando margens a interpretações de que haveria um *trade-off* entre o combate à inflação e o aumento do desemprego, sugerindo que as políticas econômicas teriam que

---

<sup>19</sup> Pasinetti, 1974.

<sup>20</sup> Mundell, 1985.

<sup>21</sup> Phillips, 1958(1978). Sachs e Larrain, 1995, p. 509 nos ensinam que a relação empírica já tinha sido descoberta por Irving Fisher, em trabalho que foi reimpresso pelo *Journal of Political Economy*, de março/abril de 1973 com o título "I Discovered the Phillips Curve".

<sup>22</sup> Especialmente para os neo clássicos que não conseguiam admitir impactos de variáveis nominais sobre variáveis reais, como destaca Friedman, 1976 (1992).

escolher a melhor combinação dos dois males. Esta interpretação da curva de Phillips como a apresentação de um menu de opções para a política econômica, como já lembrado por Lipsey<sup>23</sup>, não é encontrada diretamente no trabalho de Phillips que nunca apresentou sua curva como uma série de pontos de equilíbrio entre variação de salários e taxa de desemprego, o que daria fundamentos para a escolha.

O mundo dos modelos IS-LM, então dominantes, precisava incorporar a problemática inflacionária, para sua generalização e a curva de Phillips veio desempenhar esta função<sup>24</sup>. Ainda que considerasse que seu trabalho era embrionário e tentativo, Phillips mostrava-se preocupado com os impactos das decisões de política econômica sobre o desemprego, pois poderiam induzir a instabilidade dos preços ou variações do desemprego. Apesar disso, visava principalmente organizar os pensamentos sobre as relações entre as duas variáveis mais do que, como foi largamente interpretado posteriormente, apresentar um conjunto de opções para a escolha do formulador de políticas econômicas. A associação da curva de Phillips com a idéia de um menu de opções para a política encontrava justificativas no bom ajustamento dos dados às curvas, - permitindo boa previsão do crescimento dos salários nominais, quando a taxa de desemprego varia - ou quando se permite uma associação livre que define qualquer combinação das duas variáveis, como parte dos objetivos a serem alcançados pela política econômica<sup>25</sup>. A primeira interpretação encontra evidência no ajustamento visual dos dados de Phillips de 1861 a 1913, mas não para os outros períodos. A segunda não é compatível com qualquer combinação de inflação e taxa de desemprego, pois este par envolve escolhas de política<sup>26</sup>, que não são ilimitadas.

A formulação original de Phillips apresentava uma curva assintótica ao eixo horizontal nos períodos de deflação de salários. Isto sugeria que políticas para

---

<sup>23</sup> Lipsey apud Leeson, 1997b, p.168.

<sup>24</sup> Galbraith, 1997, p. 94.

<sup>25</sup> Leeson, 1997b, p. 156.

<sup>26</sup> Leeson, 1997b, p. 157.

aumentar a taxa de desemprego seriam inócuas, a partir de certo nível, nos efeitos estabilizadores sobre a variação dos salários nominais, uma vez que o excesso de oferta de trabalho teria um impacto decrescente sobre a queda dos salários<sup>27</sup>. Na versão apresentada por Friedman, em 1968, esta parte assintótica da curva de Phillips não é considerada e as relações entre inflação e desemprego são apresentadas linearmente, de maneira compatível com o aceleracionismo desta concepção, que tenta minimizar o impacto da política econômica tradicional, deixando o mercado ajustar os preços e emprego. Se a curva mantém sua inclinação nos momentos de deflação, o aumento do desemprego aceleraria as políticas de estabilização dos preços, reduzindo o custo do ajuste econômico, com sacrifícios decrescentes em termos de desemprego. Esta interpretação friedmaniana não encontra respaldo na formulação original de Phillips<sup>28</sup>.

Observando os dados ingleses de 1861 a 1957, em três períodos distintos – 1861-1913, 1913-1948 e 1948-1957-, Phillips sugeriu uma relação inversa entre a taxa de crescimento dos salários nominais e a taxa de desemprego, especialmente no período 1861-1913<sup>29</sup>, mesmo considerando a existência de mais de seis ciclos<sup>30</sup> relativamente regulares em torno de 8 anos cada, dentro do período coberto pelas séries temporais utilizadas<sup>31</sup>. Esta relação empírica

---

<sup>27</sup> Leeson, 1997a. foi um dos primeiros a chamar atenção para este detalhe.

<sup>28</sup> Stiglitz, 1997, p. 9 destaca que esta forma linear da curva de Phillips é coerente com uma política econômica que minimiza o risco dos erros de política, no que se refere a relação taxa de desemprego e desemprego natural, por que os custos inflacionários são semelhantes, tanto nas fases inflacionárias, como na deflação. Ele inclusive sugere que a curva de Phillips americana para os anos 90 tem uma certa concavidade, consistente com a literatura de ajustes assimétricos de preços em mercados de competição monopolista, havendo mais resistência a elevar, do que a abaixar os preços por parte das empresas.

<sup>29</sup> A mesma curva se ajustava bem aos dados de 1948-1957 se a taxa de desemprego fosse defasada em 7 meses. Evans, 1969, p. 265. Phillips, 1958(1978), p. 118.

<sup>30</sup> Com taxas de desemprego respectivamente nos intervalos de 0-2%, 2-3%, 3-4%, 4-5%, 5-7%, e 7-11%. Phillips, 1958(1978).

<sup>31</sup> Phillips, 1958(1978), p. 108.

não tinha fundamentos teóricos consolidados, ensejando uma busca de teoria para sua explicação<sup>32</sup>. Suas estimativas geraram uma curva estritamente convexa que refletiria a hipótese de que a taxa de desemprego não alcançaria zero, por mais alta que fosse a queda dos salários nominais<sup>33</sup>, ainda que em todas as curvas estimadas para o período tenham um ponto de variação nula para os salários nominais, porque cruzam o eixo horizontal.

Dada a longevidade da relação, Phillips<sup>34</sup> chegava a argumentar que os sindicatos, que se fortaleceram bastante em diferentes conjunturas durante o período, tiveram uma importância menor do que esperado nas negociações salariais, que se mantiveram nos mesmos patamares relativos ao comportamento do desemprego. Phillips destacava a importância da ação sindical especialmente nos finais de década de 90, do século passado, para explicar a pouca inclinação da curva, que refletiria uma maior dificuldade da obtenção de aumentos salariais, apesar da intensa ação dos sindicatos na Inglaterra. De 1893 a 1899 os salários sobem e o desemprego cai, invertendo a seqüência dos anos no período 1900-1904, porém mantendo a inclinação esperada da curva. Houve uma grande resistência dos empregadores aos aumentos salariais de 1894/96, culminando em uma grande crise em torno da jornada de 8 horas em 1897. Em 1912, os dados também refletem o efeito da ação sindical, quando depois de uma grande greve os salários nominais crescem apesar da taxa de desemprego manter-se estável. Durante a 1ª Guerra, os dados de Phillips também apresentam uma certa estabilidade do desemprego, apesar da crescente inflação salarial, sugerindo uma curva mais vertical. Fenômeno inverso ocorre nos anos 30, com uma curva praticamente horizontal e com pequenas variações de salários, ainda que nos anos 20, a

---

<sup>32</sup> Tobin, 1972 comparava esta busca à dos personagens de Pirandello em busca de um autor.

<sup>33</sup> Simonsen, 1983, p. 288.

<sup>34</sup> Phillips, 1958(1978), p.114-15.

política recessiva de restaurar o padrão ouro para a libra<sup>35</sup> tenha feito os salários subirem e descerem sem alterações na taxa de desemprego.

Phillips afirma que, no período em que seus dados mais se ajustam (1861-1913) houve uma diminuição da sensibilidade da variação dos salários à taxa de desemprego, devido a uma certa indexação dos salários nominais aos preços das indústrias de carvão e aço, que perdem participação na produção industrial total e, como conseqüência da generalização das negociações coletivas que introduzem defasagens nos ajustes salariais em relação ao desemprego<sup>36</sup>.

Samuelson e Solow<sup>37</sup>, usando os dados para 1900 a 1960, encontraram os mesmos resultados de Phillips<sup>38</sup> para os EUA, cunhando a expressão “curva de Phillips” e dando início a uma das mais fecundas controvérsias na macroeconomia moderna<sup>39</sup>. Depois de uma breve discussão sobre a distinção entre inflação de custo e de demanda, Samuelson e Solow buscam investigar as diferenças do impacto do desemprego sobre as variações de salários nominais entre os EUA e o Reino Unido, concluindo que a relação é menos estável nos EUA e exige uma taxa de desemprego maior do que no Reino Unido para estabilizar os salários<sup>40</sup>.

Apesar de também presente no trabalho de Phillips, o papel dos sindicatos é destacado na análise americana, mesmo considerando que os sindicatos ingleses tenham sido historicamente mais fortes do que os dos EUA. Enquanto

---

<sup>35</sup> Em 1925, a Inglaterra decidiu retornar ao padrão-ouro suspenso desde 1914. Isto provocou uma importante controvérsia sobre o impacto das mudanças nas taxas de câmbio sobre a atividade econômica, envolvendo Keynes e Churchill.

<sup>36</sup> Phillips, 1958(1978), p.115.

<sup>37</sup> Samuelson and Solow, 1960.

<sup>38</sup> Leeson, 1997b, p. 161 estudando a correspondência privada de Phillips informa que também ele analisou os dados americanos, sem concluir os trabalhos.

<sup>39</sup> Simonsen, 1983, p. 279. Tobin, 1972, p. 123 considera o trabalho de Phillips uma das mais importantes e influentes contribuições à macroeconomia no pós-guerra.

os sindicatos eram fortes na indústria, isto não era verdadeiro para os serviços, que aumentam sua participação, tanto no produto, como no emprego do pós-guerra. Mesmo assim, a conclusão é de que os salários nominais crescem com baixas taxas de desemprego, mais rapidamente, quanto mais acelerada for a redução da taxa de desemprego. Samuelson e Solow também sugeriam que os movimentos ao longo de sua curva poderiam ser interpretados como movimentos induzidos pela inflação de demanda, enquanto os deslocamentos da própria curva sinalizariam um aumento do poder sindical e, portanto, uma alteração das condições de oferta, levando a uma inflação de custos<sup>41</sup>.

Lipsey<sup>42</sup> contesta a estabilidade do relacionamento entre variações dos salários nominais e taxa de desemprego, destacando as diferenças no relacionamento entre as variáveis entre os períodos e chamando a atenção para a importância da variação dos preços, ausente da formalização da curva original de Phillips, apesar de presente na sua análise qualitativa das diversas conjunturas, especialmente no pós-guerra.

Lipsey apresenta uma melhor fundamentação teórica para os achados empíricos, introduzindo a idéia de que o mercado de trabalho é imperfeito, coexistindo situações de excesso de demanda e excesso de oferta. Diferentemente dos modelos tradicionais de equilíbrio no mercado de trabalho em que o salário real seria determinado no ponto de intercessão das curvas de oferta e demanda<sup>43</sup>, Lipsey destacava a importância das variáveis que explicam as diferenças entre a oferta e demanda e como estas diferenças afetavam as variações de salários. Esta concepção de funcionamento do mercado introduz a noção de que o salário estável, que estaria associado ao equilíbrio da oferta e demanda de trabalho, não implicaria em uma taxa de desemprego nula, mas sim uma situação em que há a igualdade entre o número de postos vagos nas

---

<sup>40</sup> Samuelson and Solow, 1960(1969), p. 239.

<sup>41</sup> Samuelson and Solow, 1960(1969), p. 241.

<sup>42</sup> Lipsey, 1960.

<sup>43</sup> Ainda que Samuelson, 1947, já tenha adotado a noção de excesso de demanda para analisar a estática comparativa de sua importante tese de doutorado.

unidades empregadoras e o número de desempregados disponíveis<sup>44</sup>. O modelo também inseria uma assimetria entre os momentos de excesso de demanda positivo, - quando pode não haver alteração no estoque de desempregados se as vagas existentes forem ocupados por alguém que não estava desempregado - e as situações de excesso de demanda negativo, quando aumenta o número de desempregados.

Apesar do bom ajustamento da curva de Phillips à série quase centenária dos dados ingleses e ao excelente ajustamento dos dados americanos da década de 60, existiam situações chamadas de *Phillips loops* que indicavam crescimento dos salários nominais acima (ou abaixo) do previsto pela curva quando o desemprego estava diminuindo (crescendo), sugerindo complexidades dinâmicas não percebidas no modelo original. Além da taxa de desemprego ( $v_t$ ), introduz-se também na curva a sua variação ( $v_t - v_{t-1}$ ) justificando-se que a queda da taxa de desemprego indicaria uma maior rotatividade do emprego com maior intensidade de admissões e demissões, que ampliavam as expectativas de que a  $v_t$  continuaria caindo, afetando conseqüentemente os salários.

Lipsey privilegiava a análise do comportamento das firmas e indivíduos no mercado de trabalho, buscando encontrar uma justificativa mais coerente com as bases microeconômicas para os *Phillips loops*. Ele conceitua a demanda excedente de trabalho como a diferença entre o número de vagas oferecidas ( $V$ )<sup>45</sup> pelas empresas e os trabalhadores que não conseguiram se colocar ( $U$ ), de forma que a variação dos salários nominais seria uma função crescente de

---

<sup>44</sup> Evans, 1969, p. 265.

<sup>45</sup> Firms precisam estar ativamente procurando trabalhadores para ocupar postos, imediatamente disponibilizados para ocupação em tempo integral, parcial, permanente, temporário, sazonal e de curto prazo. Abraham, 1983, p. 709.

$(V_t - U_t)^{46}$ . A variável  $V_t$ , por seu turno, seria uma função decrescente da taxa de desemprego ( $v_t$ ), resgatando assim as relações inversas entre  $v_t$  e a variação dos salários nominais.

Neste sentido, Lipsey discorda da importância da variação da própria  $v_t$  para explicar os movimentos dos salários nominais, preferindo encontrar explicações na situação específica de cada mercado, para mostrar que só quando a  $v_t$  fosse igual para todos os setores<sup>47</sup>, a curva de Phillips original dispensaria os *loops*. Quanto maior a dispersão das taxas setoriais de desemprego maior a importância dos *loops* e menor o poder explicativo da versão original da curva de Phillips.

A relação negativa entre a taxa de desemprego e a criação de vagas ( $V_t$ ) foi contestada por Phelps<sup>48</sup>, que preferia uma associação positiva entre a variação da taxa de desemprego ( $v_t - v_{t-1}$ ) e a criação de vagas – uma vez que o aumento do desemprego facilitaria o recrutamento, pela maior disponibilidade de trabalhadores. Apesar dos supostos diferenciados, os resultados são semelhantes aos de Lipsey, confirmando as conclusões da curva de Phillips no curto prazo, porém introduzindo alguns questionamentos, que se desdobram posteriormente, como o papel da inflação passada e as anomalias introduzidas no comportamento dos salários pelos movimentos dinâmicos da própria taxa de desemprego.

Tobin<sup>49</sup> buscou dar uma consistência lógica para a situação da existência simultânea de excesso de demanda e de oferta no mercado de trabalho. Seu modelo parte da idéia de que o desemprego é um fenômeno de desequilíbrio.

---

<sup>46</sup> Abraham, 1983, p. 715, 717, 722 estima que esta diferença é pequena e só há excesso de vagas quando a  $v_t$  é abaixo de 3% nos EUA dos finais dos anos 70. Ele afirmava que nos 60, com uma  $v_t$  mais baixa, haveria 2,5 desempregados por vaga, passando para 4,0 nos 70 e chegando a 5,0 nos finais da década.

<sup>47</sup> Simonsen, 1983, p. 289

<sup>48</sup> Phelps, 1968.

<sup>49</sup> Tobin, 1972, p. 127.

Os salários nominais não se ajustam com velocidade suficiente para equilibrar todos os mercados simultaneamente, de forma que sempre haverá algum setor com excesso de demanda de trabalho (vagas não preenchidas) e outro com excesso de oferta (desempregados) a cada momento. O conjunto de vagas e o número de desempregados, apesar da dispersão entre os vários mercados, é limitado pelo nível da demanda agregada, que determina o predomínio de excesso de demanda ou de oferta entre os mercados. Demanda agregada maior reduz vagas não preenchidas e desempregados sem encontrar ocupação, fazendo com que os salários nominais sejam influenciados tanto pelos níveis compatíveis com o equilíbrio parcial de cada mercado (oferta de trabalho igual a demanda), como pelos movimentos sinalizados pelo predomínio de excesso de demanda ou de oferta. As relações entre estes desequilíbrios dominantes e as variações de salários nominais são claramente não-lineares, de maneira que o desemprego retarda o aumento do salário nominal menos do que a existência de vagas não preenchidas o acelera. Esta combinação de contínuo desequilíbrio setorial, com o macroequilíbrio estocástico<sup>50</sup> explica a curvatura cambiante da curva de Phillips, que diminui a sensibilidade da variação dos salários à medida em que as taxas de desemprego atingem níveis mais elevados, ensejando as hipóteses da inexistência do *trade off* inflação - desemprego no longo prazo.

Por outro lado, o próprio funcionamento do mercado de trabalho, longe de conduzir a um salário de equilíbrio que iguale oferta e demanda, tende a definir vetores de salários correspondentes a distintas situações convivendo simultaneamente e afetando tanto a oferta como a demanda. Uma das características mais claras deste mercado é a associação entre os ocupados e seus empregadores, que se reflete na enorme proporção de readmissões nas mesmas firmas e a extensão do tempo de serviço<sup>51</sup>. Esta relação estabelece a existência de custos fixos do trabalho relativos ao capital humano específico da firma e do indivíduo empregado. Estes custos fixos sugerem que os ajustes da

---

<sup>50</sup> Tobin, 1972, p. 129.

<sup>51</sup> Rosen, 1985, p. 1147.

curva de demanda de trabalho, face aos choques da demanda de produto, tendem a ser maiores nas quantidades, do que nos salários.

Na década de 60, as pesquisas<sup>52</sup> buscavam explicações para a lenta resposta dos salários nominais ao desemprego, para a inclinação da curva de Phillips e para a relativa inflexibilidade dos *mark ups*, levando a modelos que já definiam a inércia das variáveis nominais a partir de supostos sobre a formação de expectativas e não derivadas das assimetrias do funcionamento dos mercados.

As curvas de Phillips/Samuelson-Solow foram construídas com dados que refletiam uma situação em que a taxa de inflação flutuava em torno de zero, com um grau de dispersão relativamente estável e de pequena amplitude. Nestas circunstâncias, as expectativas de inflação se aproximavam de zero e as variações de salários nominais dependiam principalmente das variações da produtividade do trabalho<sup>53</sup>.

#### CURVA DE PHILLIPS: VARIÁVEIS REAIS OU NOMINAIS

Quase dez anos depois de Phillips, em 1967, no discurso de posse como presidente da American Economic Society, o professor Milton Friedman<sup>54</sup>, que mais tarde foi ganhador do Prêmio Nobel de Economia, questionou a existência da escolha entre desemprego e inflação no longo prazo, apresentando sua idéia de que existiria algo como uma “taxa natural de desemprego”. Esta taxa tornou-se conhecida na literatura como NAIRU, sigla em inglês da “taxa de desemprego não aceleracionista da inflação” e referia-se à idéia de que qualquer redução do desemprego, aquém da taxa “natural”, aceleraria os processos inflacionários, neutralizando os benefícios da queda do desemprego. Por outro lado, a elevação do desemprego além do nível não-aceleracionista provocaria uma deflação continuada. A crítica de Friedman se concentrava na impossibilidade de continuidade do *trade off* inflação-desemprego, no longo

---

<sup>52</sup> Blanchard, 1986, p.555.

<sup>53</sup> Sachs e Larrain, 1995, p. 511 e Blanchard, 1997, p. 342.

<sup>54</sup> Friedman, 1968.

prazo, ainda que ele afirmasse sua existência no curto prazo. No longo prazo ele só poderia ocorrer na presença de inflação não antecipada<sup>55</sup>. Como disse Friedman, só a surpresa importa<sup>56</sup>.

Em seu famoso discurso de 1967, Friedman define de forma contraditória a taxa natural como se ela fosse compatível com o equilíbrio walrasiano, ao mesmo tempo em que este equilíbrio fosse possível em um mercado com contratos, ilusão monetária, custos de transação e assimetria de informações. Além destas especificações contraditórias, Friedman incluía<sup>57</sup> um providencial *and so on* para finalizar sua definição ampla e imprecisa. Por outro lado, para escapar de outra contradição teórica, ele, em nota de rodapé, distingue esta taxa natural de uma taxa que estivesse associada à igualdade entre o número de desempregados e de vagas existentes no mercado, o que seria mais adequado para uma definição mais tradicional de equilíbrio, quando a oferta se iguala à demanda.

Esta NAIRU, segundo Friedman, indicaria o limite do desemprego que a sociedade poderia admitir para evitar os males da hiperinflação<sup>58</sup> de penosa memória para os alemães, poloneses e tchecos de suas experiências anteriores a 1930. Para evitar a aceleração inflacionária, os EUA deveriam controlar a oferta de moeda, provocando a elevação dos juros, estimulando os agentes com excedentes financeiros a reduzir os seus investimentos produtivos e aumentar a demanda por títulos governamentais. O setor produtor de bens de capital se contrairia, aumentando o seu desemprego, que reforçaria a queda da demanda de bens de consumo, esfriando a pressão elevatória dos preços. Como o desemprego cresceria, os trabalhadores aceitariam salários mais baixos, mantendo lucrativas as empresas, mesmo com preços menores, de forma que os dividendos se manteriam e os ricos continuariam recebendo suas

---

<sup>55</sup> Friedman, 1968 (1978), p. 370.

<sup>56</sup> Friedman, 1976 (1992), p. 427.

<sup>57</sup> Friedman, 1968(1978), p. 369.

<sup>58</sup> Artigo clássico sobre o fim das hiper-inflações é de Sargent, 1982.

rendas. O desemprego de longo prazo não se alteraria e o nível de preços se estabilizaria.

Destacando as dificuldades teóricas desta definição, Rogerson<sup>59</sup> lista uma série de definições da taxa natural que é associada ao desemprego friccional, ao de longo prazo, ao desemprego médio de uma etapa, ao desemprego de equilíbrio, ao compatível com o pleno emprego, ao mínimo sustentável, ao eficiente, à tendência secular de séries temporais, de forma tão extensa que só restam dúvidas sobre a eficácia de um conceito tão ambíguo.

Dois pontos importantes estavam ausentes da formalização original de Phillips: a própria taxa de inflação que chama à cena a questão da ilusão monetária, e a taxa de lucro que introduziria na discussão os elementos distributivos associados à problemática. Phillips<sup>60</sup> já havia descartado a importância das variações dos preços, por considerar que as variações da produtividade do trabalho acompanham as variações inflacionárias.

Friedman já havia chamado a atenção para a ausência de distinção entre salários nominais e reais em um mundo onde houvesse antecipações de variações dos valores nominais futuros<sup>61</sup> como uma grande fraqueza do modelo original de Phillips. Citando inclusive a experiência brasileira na redução da inflação depois do golpe militar de 1964, ele argumentava que as hipóteses de Phillips só seriam aplicáveis a situações em que as taxas de variações dos preços tenham sido pequenas e constantes, fazendo as variáveis reais e nominais caminharem juntas. Daí porque ele sugere a inclusão da taxa de inflação como variável importante no lado direito da curva de Phillips, como variável explicativa da variação dos salários nominais, além dos movimentos da taxa de desemprego.

---

<sup>59</sup> Rogerson, 1997, p. 74.

<sup>60</sup> Phillips, 1958(1969), p. 108 escreve em uma época com inflação em torno de 2-3% ao ano.

<sup>61</sup> Friedman, 1968(1978), p. 369.

Friedman considerava a curva de Phillips como uma construção “falaciosa”<sup>62</sup>, porque relacionava oferta e demanda de trabalho a salários nominais e não reais, ainda que não haja razão para que o excesso de demanda, mesmo que função do salário real, não altere os salários nominais<sup>63</sup>.

Friedman retomava assim o centro de pensamento clássico, tentando diferenciar claramente as variáveis nominais das reais<sup>64</sup>. A curva de Phillips, de inspiração keynesiana, havia desdobrado a idéia de que a política econômica pode alterar as variáveis reais, ainda que estas mudanças acabem sendo limitadas pelo movimento dos preços, enquanto a NAIRU impõe a lógica do mercado de trabalho determinando um limite real de longo prazo ao desemprego, que se tornaria imune as políticas econômicas. Ele não somente modifica a variável da função para salário real, como o define de forma a incorporar o seu valor esperado. Se as expectativas são adaptativas há algum espaço, no curto prazo, para o ajuste desemprego/inflação. Se as expectativas são racionais, nem este ajuste de curto prazo existe.

nesta parte  
Friedman!

Uma outra mudança efetuada por Friedman sobre a formulação de Phillips foi a troca de variações de salários para a taxa de inflação. Esta relação salário nominal/preço não é trivial, como já demonstrara Keynes, mas, apesar disto, esta tradição dos modelos NAIRU apresenta os processos inflacionários como decorrentes de um *mark up* sobre a variação dos salários nominais, incorporando também, às vezes, variações da produtividade do trabalho. A identificação das variações de salários nominais com a inflação não é bem explicada, a não ser quando se assume que a produção é de coeficientes técnicos fixos, que levam a uma curva de custo médio constante, ou quando se apela, - de forma *ad hoc* pois não se consideram os efeitos sobre os supostos walrasianos de equilíbrio, - para a adoção de modelos de mercados

<sup>62</sup> Friedman, 1976, p. 217.

<sup>63</sup> Leeson, 1997b, p. 157.

<sup>64</sup> Friedman, 1968(1978), p. 369 e Friedman, 1976(1992) p. 430 alegava ter usado o termo “natural” na mesma acepção que Wicksell o utilizou, para distinguir as forças reais que afetavam a poupança e o investimento, dos valores nominais que influíam na taxa de juros monetária.

imperfeitos, que possibilitam modelar o repasse dos aumentos de custos a preços.

✓ Ao fazer coincidir o conceito de taxa natural de desemprego com uma situação não aceleracionista da inflação, numa dimensão macroeconômica, e com o equilíbrio geral walrasiano dos mercados microeconômicos, Friedman pretende incorporar ao modelo de competição perfeita as imperfeições do mercado de trabalho sem tirar todas as conseqüências deste artifício. É por isto que ele pode afirmar que, nestas circunstâncias, os choques nominais só têm efeitos nominais e a moeda pode ser neutra.

○  
A taxa de desemprego natural dos modelos NAIRU é compatível com os supostos de um equilíbrio walrasiano na estrutura de salários reais, que anula os excessos de demanda e oferta nos diversos mercados de trabalho, fazendo com que a decisão do trabalhador seja ótima na alocação de seu tempo entre lazer e trabalho. No entanto, não há explicações do porque este processo não elimina o excesso de demanda no mercado de trabalho que levaria a uma taxa de desemprego nula<sup>65</sup>, a não ser pela idéia de que existe um componente friccional no desemprego, deslocando a escolha do trabalho/lazer para o trabalho/busca de trabalho, ainda que não existam evidências de que a transição entre ocupações seja mais efetiva na passagem do estado de desempregado para ocupado, do que entre duas situações de ocupação.

Qipno!

O conceito de NAIRU atribui o problema do desemprego ao trabalhador que abandona o trabalho para *job search* um melhor posto. A esta taxa "natural" de desemprego os trabalhadores estariam satisfeitos com o salário real recebido, que seria igual ao esperado e que se elevaria na mesma proporção do crescimento de sua produtividade. Qualquer aceleração da atividade econômica que reduzisse o desemprego abaixo do seu nível "natural" corresponderia a um excesso de demanda no mercado de trabalho, rompendo esta situação de equilíbrio e estimulando os salários nominais a subir mais que a produtividade, que no entanto leva também a elevação de preços, através de

<sup>65</sup> Figueroa, 1994, p. 337.

um processo de espiral inflacionária, cortando a elevação inicial do salário real e reduzindo o emprego aos níveis compatíveis com a taxa “natural”. Isto significa portanto que, neste nível, os salários nominais e preços tendem a se estabilizar em condições de equilíbrio. Inverte-se a lógica do indicador. Para estes economistas ortodoxos a relativa constância dos salários nominais é sinal de que a economia está em pleno emprego, e não o contrário, de que o pleno emprego é resultado dos salários que equilibram o mercado.

Nos livros-texto de macroeconomia das décadas de 60 e 70 encontra-se a dedução da curva de Phillips a partir do comportamento do mercado de produto, explicando-se a espiral preços-salários a partir da idéia de que a elevação do nível de ocupação aumenta a competitividade no mercado de trabalho, facilitando o aumento dos salários nominais, cujo crescimento é repassado aos preços, reduzindo os salários reais e levando os trabalhadores a reivindicar novos aumentos nominais, estabilizando assim a taxa de inflação.

Partindo da idéia de que os salários nominais dependem das expectativas de preços e estes são definidos como um *mark up*<sup>66</sup> sobre os custos primários, especialmente sobre os salários nominais, alguns autores<sup>67</sup> chegam a uma função de oferta agregada relacionando produto, preço, expectativa de preço e desemprego, da seguinte forma<sup>68</sup>

$$P = P^e (1 + \mu) F(1 - u, z)$$

onde  $P$  e  $P^e$  representam o nível de preços atual e o esperado,  $(1 + \mu)$  mostra a taxa de *mark up* sobre os salários e  $F(1 - u, z)$  apresenta uma função que expressa a maneira como a taxa de desemprego e outras variáveis afetam a determinação dos preços. Supondo uma forma linear para  $F(.,.)$  obtém-se

$$P_t = P_t^e (1 + \mu) (1 - \phi u_t + z)$$

---

<sup>66</sup> Este *mark up* não precisa ser constante, podendo ser especificado como uma função da própria taxa de desemprego.

<sup>67</sup> Alguns que podem ser citados são Blanchard, 1997, Cap. 17, Dornbush e Fisher, 1987, cap. 13/14 e Sachs e Larrain, 1995, Caps. 3 e 15.

<sup>68</sup> Blanchard, 1997, p. 341, 357.

que dividido por  $P_{t-1}$  e reescrevendo  $(P_t/P_{t-1})$  como  $1+\pi_t$ , de forma que

$$1+\pi_t=1+[(P_t-P_{t-1})/P_{t-1}]$$

e

$$1+\pi_t^e=1+[(P_t^e-P_{t-1})/P_{t-1}]$$

resulta em

$$1+\pi_t=(1+\pi_t^e)(1+\mu)(1-\phi u_t+z)$$

que se transforma em

$$\pi_t=\pi_t^e+(\mu+z)-\phi v_t$$

onde  $\pi_t$  representa a taxa de inflação e  $\pi_t^e$  a taxa esperada de variações de preços, sendo  $\phi$  o parâmetro que mede a sensibilidade da inflação à taxa de desemprego e  $(\mu+z)$  a soma dos efeitos do mark up e outras variáveis sobre a taxa de variação dos preços. Aparentemente, a única mudança em relação à curva original de Phillips é a consideração explícita de  $\pi_t^e$ , no espaço inflação/desemprego.

Este termo permite que se defina a NAIRU quando  $\pi_t=\pi_t^e$  de tal maneira que a taxa “natural” de desemprego passa a ser

$$v_n = (\mu+z)/\phi$$

e

$$(I) \phi v_n = (\mu+z).$$

Esta definição da taxa de desemprego natural dependente de variáveis do mercado de produto ( $\mu$ ), da sensibilidade do desemprego a choques de qualquer ordem ( $\phi$ ) e dos próprios choques ( $z$ ), facilita a explicação para a mutação da própria taxa natural ao longo do tempo e entre países, na medida

em que estas variáveis se modificam em distintas situações<sup>69</sup>. A equação (1) pode ser generalizada, no caso em que as expectativas sejam conservadoras da taxa de inflação prévia, como se segue:

$$(1) \pi_t = \pi_t^e + (\mu + z) - \varphi v_t = \pi_{t-1} + \varphi v_n - \varphi v_t = \pi_{t-1} - \varphi (v_t - v_n)$$

que expressa o caráter aceleracionista da inflação todas as vezes que  $(v_t - v_n) < 0$  e a crescente deflação quando  $(v_t - v_n) > 0$ , mantendo os níveis de inflação estáveis apenas quando a taxa de desemprego se igualar à taxa "natural". Esta versão aceleracionista, no entanto, não encontra fortes evidências empíricas para justificar a idéia de que pequenas variações de  $(v_t - v_n)$  poderiam provocar catástrofes inflacionárias<sup>70</sup>.

Esta versão aceleracionista da curva de Phillips é geralmente associada à idéia de que há um processo de ajustamento desequilibrado, onde os salários reais se elevam se a taxa de desemprego está abaixo da taxa natural<sup>71</sup>. O comportamento do salário real defasado, excluído de muitas formulações desta versão da curva de Phillips, representaria o processo de correção de erros, compatíveis com uma versão *backward looking* da função.

Por outro lado, esta versão de livro-texto<sup>72</sup> apresenta a curva de Phillips como uma família de curvas com expectativas inflacionárias constantes, que explicam por que a recessão induzida pode alterar a posição da curva de curto prazo, fazendo-a flutuar e ajustar o desemprego ao seu nível "natural" com uma taxa de inflação mais baixa.

Esta equação estabelece uma causalidade inversa entre a expectativa inflacionária e a taxa de inflação atual, colocando esta última como dependente

<sup>69</sup> Blanchard, 1997, p. 351-52.

<sup>70</sup> Stiglitz, 1997, p. 9 afirma que os coeficientes aceleracionistas dos modelos econométricos são usualmente não significativos, sendo indiferente a especificação com ou sem este termo.

<sup>71</sup> Bean, 1994, p. 580.

<sup>72</sup> Leeson, 1997a, p. 96 afirma que o livro intermediário de Macroeconomia de Robert Gordon, 1978 foi o primeiro de uma série a incluir este tratamento da curva de Phillips.

da primeira. Mostra também que, dada a inflação esperada, as variações de  $(\mu+z)$  refletindo mudanças no mercado de produtos afetam positivamente a taxa de inflação efetiva de hoje, seja diretamente no *mark up*, seja nas outras variáveis. Por fim, o último termo do lado direito da equação indica que os movimentos cíclicos de curto prazo da taxa de desemprego alteram os níveis de inflação de forma aceleracionista de tal maneira que a própria curva se desloca até atingir uma situação estacionária, compatível com a taxa "natural" de desemprego.

Se a formação de expectativas inflacionárias for adaptativa e a taxa de inflação for crescente por longo tempo, os últimos anos passam a ter mais importância na determinação da inflação esperada do que os anos de taxas mais baixas e mais distantes. Assim fazendo  $\pi_t^e = \theta \pi_{t-1}$  pode-se afirmar que curva de Philips original estaria associada a  $\theta=0$ , enquanto a partir dos anos 70, o parâmetro se alterou, aproximado-se de 1 de forma que a curva passou a relacionar as taxas de desemprego com as **mudanças** da taxa de inflação, mais do que os **níveis** de variação dos preços, como se mostra a seguir

$$(I) \pi_t = \pi_t^e + (\mu+z) - \varphi v_t = \theta \pi_{t-1} + (\mu+z) - \varphi v_t$$

levando a

$$(I) \pi_t - \pi_{t-1} = (\mu+z) - \varphi v_t$$

quando  $\theta=1$ <sup>73</sup>

e

$$(I) \pi_t = (\mu+z) - \varphi v_t$$

---

<sup>73</sup> Configurando uma situação de expectativas repetitivas. Resultados semelhantes, com diferente álgebra, seria obtido com expectativas extrapolativas [ $\pi_t^e = \pi_{t-1} + \kappa(\pi_{t-1} - \pi_{t-2})$ ] ou adaptativas [ $\pi_t^e = \pi_{t-1}^e + \lambda(\pi_{t-1} - \pi_{t-1}^e)$ ]. Simonsen, 1983, p. 294 e 296 chama a atenção para as diferentes propriedades de convergência dos modelos associados com cada tipo de modelação de expectativas.

quando  $\theta=0$ .

A formulação original de Phillips trazia implícita uma espiral salários-preços, dadas as expectativas. A redução do desemprego aumentaria o crescimento dos salários nominais, que rebateria nos preços, elevando as taxas de inflação. Os anos 70 quebram as relações bem comportadas entre  $\pi_t$  e  $v_t$ , entre outras coisas, por causa dos choques da elevação dos preços de petróleo, impactando sobre  $(\mu+z)$  e mudando as expectativas de continuidade da inflação<sup>74</sup>, por que a elevação dos preços se torna persistentemente positiva, ao invés de flutuar entre os quadrantes positivos e negativos, como ocorria nos anos sessenta.

Estas mudanças conjunturais alteram o valor do parâmetro  $\theta$  que passa progressivamente de 0 para 1, fazendo com que a curva de Phillips aumentada pelas expectativas relacione, não mais a taxa de inflação com o desemprego, mas a taxa de variação esperada da inflação ao desemprego. Esta formulação permite visualizar que, na hipótese original de Phillips, não há lugar para um conceito tipo NAIRU, porque entre os argumentos da função não se encontra a variação das taxas inflacionárias, assumida implicitamente como distribuída aleatoriamente em torno de zero<sup>75</sup>. A opção de política econômica por uma determinada combinação de  $\pi_t$  e  $v_t$  poderia ser feita, uma vez que não haveria nenhum componente acelerador da inflação no modelo.

O debate em torno da curva de Phillips satisfazia tanto os segmentos da sociedade mais preocupados com uma ação ativa da política econômica sobre o emprego, dando a eles o argumento de que o custo inflacionário poderia ser escolhido, assim como servia para os monetaristas que propugnavam por políticas estabilizadoras, mesmo que isto provocasse um certo nível de desemprego.

Nos finais da década de 60 a fala de Friedman – no seu discurso de posse mencionado no início desta seção – teve pouca repercussão. A audiência

---

<sup>74</sup> Blanchard, 1997, p. 344.

aplaudiu polidamente e os comentários eram de que isto não passava de um devaneio teórico de um acadêmico. Afinal a economia americana estava em plena lua-de-mel com os impactos da política fiscal, com o sistema de Previdência Social, ampliado durante os anos de Johnson e a taxa de inflação era declinante. O trabalho de Phillips surgia depois <sup>da</sup> da economia americana ter vivido um crescimento de 5,5-6% anuais do salário médio mais encargos por hora-homem, em 1955 e 1957, quando a taxa de desemprego era de 4%. O trabalho de Friedman também foi contemporâneo da queda desta taxa de crescimento dos salários para a faixa de 4%, quando a taxa de desemprego se elevou para 6% entre 1957 e 1959<sup>76</sup>.

Em 1972, na mesma American Economic Society, um novo presidente, que mais tarde também ganharia o Prêmio Nobel, James Tobin<sup>77</sup> lembrava que, antes da curva de Phillips, a discussão macroeconômica, iniciada por Keynes na década de 30, voltava-se para o conceito de pleno emprego, que desaparecia com o *trade-off* crescimento de salários/desemprego. Tobin também referia-se à contribuição de Friedman, que começava a ganhar adeptos na crítica à curva de Phillips, destacando o seu retorno à concepção atacada por Keynes de que o pleno emprego estaria associado a um conceito de equilíbrio no mercado de trabalho, onde todos que desejassem trabalhar, aos salários nominais dados, encontrariam emprego. A NAIRU, como taxa de longo prazo que não aceleraria a inflação, estava assim relacionada a equilíbrio simultâneo no mercado de bens e de trabalho, dando uma volta completa de retorno ao pensamento original dos clássicos, criticado por Keynes.

Tobin lembrava que Keynes se insurgiu contra a idéia de que a persistência do desemprego é sintoma de desemprego voluntário. A recusa de Keynes em aceitar a existência da oferta de trabalho, como a expressão de uma decisão de maximização do uso do tempo, que equilibraria o mercado e, portanto,

---

<sup>75</sup> Desai, 1975.

<sup>76</sup> Solow, 1976, p.147

<sup>77</sup> Tobin, 1972, p. 126-27.

serviria para fixar os níveis de salário é coerente com a concepção de que a existência do desemprego involuntário deve ser buscada em situações de desequilíbrio dos mercados. Sempre que o desemprego pudesse ser reduzido, com a expansão da demanda agregada, haveria uma situação de desemprego involuntário. A discussão sobre a relativa rigidez dos salários nominais e os ajustes via movimentos de preços, afetando os salários reais, volta-se para a natureza institucional do mercado de trabalho que não funciona com um leiloeiro walrasiano ajustando o equilíbrio a cada momento e, portanto, convive simultaneamente com situações de excesso de demanda e de oferta. A resistência dos salários nominais pode ser explicada pela importância dos salários relativos entre as ocupações e setores que podem ser ajustados em conjunto mais facilmente com variações do nível de preços, que atinge a todos.

Por outro lado, um grande esforço de pesquisa destina-se a investigar a forma da curva de Phillips no curto prazo porque se ela for linear, não existe diferença no custo de baixar  $u_t$  em termos da aceleração inflacionária ou vice-versa. Se ela for convexa, no entanto, os custos de ajustar o desemprego serão crescentes em termos de inflação. Esta discussão da curvatura incorpora até mesmo as especificações côncavas da curva de Phillips, compatíveis com as hipóteses de funcionamento de mercados onde há assimetria de comportamento das firmas, no elevar ou baixar os preços, quebrando a relação preestabelecida entre desemprego e inflação<sup>78</sup>. Alguns autores<sup>79</sup> afirmam que a especificação linear está simplesmente errada, ainda que haja divergência entre eles quanto à convexidade ou concavidade da curva. Para alguns, a curva é quase horizontal quando  $u_t < u_n$  e bastante vertical quando  $u_t > u_n$ , enquanto para outros ela é convexa, sendo mais inclinada quando  $u_t < u_n$ . Evidências empíricas recentes não dão suporte a esta divergência, pois não se encontram diferenças de significância nas duas especificações.

Porém, esta questão tem direta conseqüência sobre a avaliação dos custos sociais das diversas políticas relacionadas com o combate à inflação e ao

---

<sup>78</sup> Stiglitz, 1997, p. 9.

<sup>79</sup> Eisner e Akerlof, Dickens e Perry, apud Gordon, 1997, p. 26.

desemprego. Se a concavidade existe, ainda que seja suave, há apoio para políticas que arriscam reduzir o desemprego porque os seus efeitos sobre o crescimento dos preços não é tão grande, como se ela fosse convexa ou linear.

As opções colocadas eram alternativas e permitiam os debates sobre a inclinação da própria curva, que refletiria distintos custos dos ajustes e sua estabilidade no longo prazo, que abria possibilidades para questionamentos sobre a possibilidade de movimentos simultâneos das duas variáveis. Dada a conjuntura dos anos 60 de crescimento econômico e declínio das taxas de desemprego, o próprio conceito de desemprego involuntário passa a ser substituído pelas relações entre vagas disponíveis e ocupadas, remetendo para o comportamento dos agentes individuais e para a natureza do funcionamento do mercado de trabalho as causas de eventuais desequilíbrios que deixavam pessoas fora do emprego. As causas saíam do âmbito macroeconômico para tornarem-se objetos de estudo da Microeconomia. Neste contexto, o papel das expectativas e o dinamismo das variáveis nominais cresce em importância.

#### DESEMPREGO E FLUTUAÇÃO DO NÍVEL DE PRODUTO

Mesmo considerando que as variáveis nominais cresciam em importância, os trabalhos empíricos encontravam a elasticidade emprego-produto com valores sistematicamente inferiores ao que se poderia esperar a partir dos modelos teóricos, que deduziam as relações entre as variações da produção e do emprego. Esta baixa elasticidade sugeria que, apesar dos supostos teóricos dominantes, o relacionamento entre as variáveis reais - emprego e produto - era menor do que o esperado, indicando o papel de outras variáveis na explicação da dinâmica do mercado de trabalho.

Algumas das explicações<sup>80</sup> destacavam a amplitude maior do que o previsto pela teoria econômica dos requerimentos tecnológicos de trabalho para produção, as possibilidades de ajustes nas horas de trabalho e a possibilidade das firmas "entesourarem" trabalho mantendo mais trabalhadores empregados do que o necessário para a produção corrente.

O paradoxo da pouca sensibilidade da demanda de trabalho frente às variações cíclicas do produto era enfrentado pela contestação dos pressupostos teóricos sobre a produtividade média declinante no curto prazo. Também se questionava a possibilidade de substituição entre trabalhos distintos que desempenham diversas tarefas no processo de produção ou se levantavam dúvidas sobre a hipótese maximizadora de lucro, subjacente à própria derivação de demanda de trabalho.

Uma das razões para a pequena resposta do emprego aos movimentos da produção encontra-se na existência de contratos, explícitos ou implícitos, entre trabalhadores e patrões que quebram o automatismo deste mecanismo de ajuste, seja no seu aspecto nominal, seja na sua dimensão real. A maior rigidez das variáveis nominais separa a dinâmica do produto daquela do insumo trabalho. Estes contratos entre os trabalhadores, que querem minimizar os riscos de flutuação de sua renda futura, e as empresas, - que são neutras ao risco pois dispõem das condições de decidir, no futuro, sobre as condições de trabalho - envolvem o custo de redução dos salários como um elemento condicionador para explicar o fato de que, mesmo na presença de excesso de oferta de trabalho, as firmas não reduzem os seus salários, nem os trabalhadores aceitam a redução em troca de garantia de emprego. Estes modelos sobre contratos implícitos surgiram na corrente da introdução da incerteza e risco na teoria econômica, dependendo fortemente das especificações da aversão ao risco dos agentes e dos procedimentos de identificação das incertezas. Os contratos introduzem um seguro nas relações de trabalho que alteram as relações entre preços, salários e oferta de trabalho<sup>81</sup>.

A derivação convencional da oferta de trabalho a partir da escolha ótima entre lazer e trabalho em um mundo com incerteza limita as opções à renda prevista, na hipótese de manutenção do posto de trabalho. Este risco pode ser minimizado pelos contratos, levando portanto, a uma curva de oferta de

---

<sup>80</sup> Fay and Medoff, 1985, p. 638.

<sup>81</sup> Rosen, 1985, p. 1155.

trabalho sem associação direta com a produção corrente. Os modelos destacam que este comportamento substitui a renda corrente, derivada do salário proveniente do posto de trabalho, por uma renda esperada média de todos os trabalhadores funcionando da mesma forma que uma apólice de seguros. A probabilidade de ocorrência do fenômeno e o número de segurados definem os seus preços e prêmios, associados a distintos riscos. Desta maneira, a renda corrente como elemento condicionador da decisão de oferta de trabalho e de custo de produção é substituída por uma combinação de renda esperada e probabilidade de manter o emprego, com valores distintos para os trabalhadores e para as firmas. Nestes modelos, os trabalhadores tendem a trabalhar mais em situações favoráveis e trabalhar menos quando o estado da economia é menos favorável<sup>82</sup>, uma vez que as restrições à oferta de trabalho se referem à expectativas de produção e não à produção corrente, exacerbando a dinâmica estabilizadora. A idéia de uma remuneração socialmente determinada permite associações com as idéias embrionariamente desenvolvidas por Keynes sobre o papel dos salários relativos na explicação para a rigidez dos salários nominais.

Neste contexto, os contratos e a ação sindical permitem aos trabalhadores mais acesso à informação, minimização dos riscos e portanto, ainda que pareça contraditório, aproxima o mercado de uma situação mais competitiva<sup>83</sup>. Neste sentido, as empresas só modificarão os seus salários se os custos associados a esta decisão forem menores que os benefícios advindos do ajuste dos salários internos à empresa e as condições externas do mercado de trabalho. Modificações de salários nominais serão desencorajadas como formas de ajuste da demanda de mão-de-obra para enfrentar flutuações cíclicas do nível de demanda agregada da economia.

Estes modelos de contrato implícito explicam o desemprego involuntário pela rigidez dos salários nominais coerentes com os termos de vigência do contrato, mesmo que o mercado tenha se alterado. Com o passar do tempo, no entanto,

---

<sup>82</sup> Rosen, 1985, p. 1157.

<sup>83</sup> Figueroa, 1994, p. 340.

as situações reais se impõem e começam a se incorporar aos contratos, modificando os seus termos em direção à realidade do mercado. Esta transição, no entanto, implica em custos de ajustes que podem explicar a pouca flexibilidade dos rendimentos do trabalho.

Uma das maneiras de reduzir o custo dos ajustes salariais é fixar um baixo salário inicial e associar o seu aumento ao tempo de serviço<sup>84</sup>. Isto traz implícito um contrato de que nos momentos de contração da atividade econômica, quando o excesso de demanda de trabalho torna-se negativo, não haverá a redução dos níveis salariais. Os trabalhadores – avessos ao risco – preferem ganhos menores frente à maior probabilidade de perda de remuneração, enquanto as empresas – neutras ao risco – ganham pagando salários menores e podendo, nos momentos de crise, romper os contratos. Este rompimento dificulta a continuidade deste acordo em situações distintas, de forma que, em circunstâncias normais de funcionamento do mercado de trabalho, as empresas tenderiam a procurar cumprir o acordado, pois com isto teriam ganhos continuados nas folhas de pagamentos.

Estes modelos estão associados também à idéia de que os custos *quasi*fixos do trabalho, especialmente os de recrutamento e treinamento pressupõem contratos em circunstâncias favoráveis a contratos de longa duração. Entre estes custos, o de treinamento é o mais importante, de forma que quanto mais específico à firma for o treinamento, maior distância pode-se encontrar entre o salário compatível com o equilíbrio de mercado e o salário efetivamente pago aos ocupados e menos sensível ele será ao número de desempregados existentes e potencialmente ameaçadores àqueles que ocupam a vaga. Quanto maior este custo fixo, menos elástica será a curva de demanda de trabalho.

5) Como a maioria dos postos de trabalho hoje tem requisitos de formação genéricos, este tipo de modelo não consegue explicar a dinâmica dos mercados de trabalho contemporâneos. As novas tecnologias distanciam-se dos requerimentos de conhecimentos específicos, exigindo progressivamente

---

<sup>84</sup> Rebitzer, 1989, p.36.

capacidade analítica geral, que não pode ser apropriada como capital próprio de cada empresa.

É relativamente recente a predominância de relações de trabalho de longa duração. Elas só se tornam tão importantes depois da II Guerra porque, segundo uma das explicações, é também nesta época que se generalizam os processos produtivos com grande especificidade dentro de cada empresa, consolida-se um capital humano, complementar ao capital das firmas, de pouco uso fora do posto de trabalho onde ele foi acumulado, viabilizando portanto, os contratos de trabalho de longa duração<sup>85</sup>.

Contrariamente ao pensamento usual, mesmo nos EUA, onde a rotatividade do emprego é grande e crescente há evidências de que o emprego de longa duração com contratos implícitos ou explícitos desempenham um importante papel na economia. Hall<sup>86</sup> cita vários trabalhos destacando, por exemplo, que o tempo de serviço dos trabalhadores americanos de meia-idade era maior do que no Japão, celebrado por seu sistema de relações de trabalho mais estáveis. Rosen<sup>87</sup> chama a atenção também, na comparação do mercado de trabalho dos dois países, que ambos apresentam mais ou menos a mesma variância no total de horas trabalhadas, maior variabilidade das jornadas e dos salários entre os trabalhadores japoneses e maior variação do nível de emprego nos EUA, neste contexto.

Esta questão coloca em pauta a comparação do grau de flexibilidade do mercado de trabalho americano e japonês, com os ajustes recaindo predominantemente no emprego nos EUA, e nos salários e horas trabalhadas no Japão. Não há como negar que nos EUA os vínculos de emprego são mais tênues e a rotatividade do emprego é maior do que no Japão, como se pode ver na Tabela 1, onde pode-se observar também que o Japão não é muito distinto de outros países europeus.

<sup>85</sup> Rebitzer, 1989, p. 54.

<sup>86</sup> Hall, 1982, p. 717.

<sup>87</sup> Rosen, 1985, p. 1165.

5

Do 2º fº  
res. contra  
diários.  
Especificaf  
contorno  
tudo (nã  
"K próprio" de  
emprese, mas  
a nível especia

Tabela 1 Índices de Emprego de Longa Duração

	Japão	Alemanha Ocidental	França	Espanha	EUA
% de trabalhadores homens, 40-44 anos, com 10-14 anos de serviço, com mais de 5 anos na mesma companhia	80.2	72.5	85.5	86.7	55.4
% pessoas com mais de 20 anos de tempo de serviço na mesma companhia	19.6	16.7	15.8	18.4	8.8
Média de tempo de serviço (anos)	12.5	12.1	10.6	10.6	7.5
Média de tempo de serviço mulheres(anos)	7.3	8.0	9.1	8.2	5.9

Fonte: OECD(1993) apud Higuchi, 1997, p. 29.

Os contratos definem as regras implícitas ou explícitas que regem as relações de trabalho, incluindo os salários, outros benefícios e produtividade para um horizonte de tempo acordado. Sua existência diferencia *insiders* de *outsiders*<sup>88</sup>. Esta diferenciação de incluídos e excluídos tem um papel importante como elemento disciplinador dos trabalhadores ocupados, uma vez que supõe-se que eles vivam sob a ameaça de substituição por um de fora. Por outro lado, esta formulação de relações de trabalho como uma espécie de contrato permite também explicar o aumento de trabalhadores em tempo parcial ou o crescimento de trabalhadores temporários. Este tipo de trabalhadores, apesar de menos produtivos do que os regidos pelos contratos mais permanentes, tem a vantagem de viabilizar um processo de arbitragem tendente a equalizar salários entre firmas, servindo de mercado secundário para trabalhadores fora do trabalho e ameaçando os que estão dentro com possível alternativa de substituição.

A generalização de contratos está associada à expansão das negociações coletivas e à presença de sindicatos. Dentro dos EUA, os mercados protegidos pelos sindicatos tendem a ter uma taxa de *layoffs*<sup>89</sup> maior do que os mercados

<sup>88</sup> Rosen, 1985, p. 1152 refere-se explicitamente aos imigrantes ilegais nos EUA e Europa e a periferia dos pequenos e médios fornecedores das grandes empresas japonesas como exemplos destes *outsiders*.

<sup>89</sup> Suspensão de contrato de trabalho, sem pagamento de salários, por sete ou mais dias, por iniciativa do empregador, sem outros prejuízos para o trabalhador. Bureau of Labor Statistics, apud Medoff, 1979, p. 380.

sem a presença dos sindicatos, o que indicaria sua maior influência na definição das condições contratuais de trabalho e formas de enfrentamento das flutuações cíclicas do produto. Vários fatores afetam a suspensão temporária do contrato de trabalho<sup>90</sup>:

- Mudanças na demanda do produto;
- Natureza da tecnologia;
- Expectativa sobre o retorno do trabalhador se proposta a readmissão;
- Viabilidade de outros meios de ajuste do tamanho da força de trabalho (jornada e salários).

Medoff<sup>91</sup> conclui que os sindicatos tendem a reduzir a demissão voluntária e os ajustes de salários reais em resposta aos choques de demanda, e buscam limitar os movimentos das jornadas e demissões. A diminuição da taxa de demissão voluntária é geralmente atribuída às vantagens não-salariais que os sindicatos conquistam para seus associados e que não são transmissíveis a outros potenciais postos de trabalho, se o trabalhador decide buscar suas melhoras.

Os sindicatos preferem a estabilidade dos salários reais ao invés da estabilidade no emprego porque existem contratos de longo prazo<sup>92</sup> que fixam ou o nível esperado dos salários reais futuros ou determinam o seu caminho de expansão, minimizando incertezas. Uma das explicações<sup>93</sup> para este comportamento dos sindicatos relaciona-se com a diferença de interesses entre os trabalhadores jovens e os que já têm mais tempo no trabalho. Estes preferem os mecanismos de ajuste que privilegiam o *layoff* que, em geral, são menos prejudiciais aos mais antigos. Outra explicação pode ser a consideração de que as firmas utilizam os salários para estimular a eficiência e a ameaça de demissão como forma de regular a disciplina, preferindo portanto o *layoff* à demissão definitiva<sup>94</sup>.

---

<sup>90</sup> Medoff, 1979, p. 381.

<sup>91</sup> Medoff, 1979, p. 387.

<sup>92</sup> Medoff, 1979, p. 388 menciona que, em 1974, 65% dos grandes acordos coletivos nos EUA era de 3 anos ou mais e somente 1% tinha a duração inferior a um ano.

<sup>93</sup> Freeman, 1976.

<sup>94</sup> Rebitzer, 1989, p. 52.

Nestas situações, os modelos não conseguem justificar suficientemente porque as empresas não seriam induzidas a romper os acordos nos momentos de dificuldades, nem como explicar o comportamento assimétrico dos empregadores nos momentos de expansão e de recessão. Do ponto de vista dos trabalhadores, também os contratos vivem sob ameaça uma vez que, nos momentos de expansão da economia, o volume de pedidos voluntários de demissão cresce, levando ao rompimento dos termos contratuais assumidos em outros estados da economia<sup>95</sup>.

Por outro lado, estes modelos refletem principalmente os mercados de trabalho para os trabalhadores mais estáveis, nas empresas maiores e nas ocupações com maior qualificação<sup>96</sup>. Ao se adaptar mais aos melhores empregos do mercado de trabalho, estes modelos explicam porque o desemprego é maior em situações de menor qualificação e porque as separações do posto de trabalho são maiores para os salários mais baixos e com menos tempo de serviço. Os trabalhadores mais qualificados, os mais antigos e os que têm maiores salários estão protegidos pelos contratos implícitos das relações de trabalho.

Por outro lado, estes modelos chamam a atenção para cuidados na utilização dos dados observados sobre rendimentos dos ocupados, em geral associados a uma escolha de horas trabalhadas, quando a existência de contratos pode levar a situações sem escolha, portanto introduzindo novas restrições ao processo de maximização<sup>97</sup>. Entre outras coisas, é preciso tratar a questão de quando a firma demitirá o trabalhador e até quando o ajuste ocorrerá nas horas trabalhadas, dentro do contexto contratual formulado com expectativas *ex-ante* sobre o desenvolvimento dos estados futuros da economia. A introdução das horas trabalhadas, dedicação ao trabalho e eficiência associados ao salário contratual pode ser um caminho para definir o ponto de demissão e não de

---

<sup>95</sup> Rosen, 1985, p. 1170.

<sup>96</sup> Rebitzer, 1989, p.37-38.

<sup>97</sup> Rosen, 1985, p. 1161.

ajuste de horas, desde que estes movimentos corretos ocorram nas margens do mercado e não quando eles se tornam o principal problema.

*Coste abrupto!*

6 As relações entre a taxa esperada de variações dos salários e a taxa de desemprego passa por uma intermediação não explícita nesta formulação aceleracionista da curva de Phillips, que se refere ao comportamento do salário de reserva, que depende da inflação prévia e de outras variáveis<sup>98</sup>, incluindo mudanças na produtividade, sugerindo portanto que esta especificação está incorreta<sup>99</sup>. A introdução desta variável nos modelos econométricos não apoia a evidência de que haja uma relação entre salários reais e taxa de desemprego, uma vez que as variações de salários ao longo do tempo convergirão para níveis compatíveis com o crescimento da produtividade, dadas as taxas de desemprego. Bean<sup>100</sup> chama atenção para que o salário reserva do trabalhador incorpore não somente os benefícios do seguro desemprego, como o valor do lazer, em unidades de consumo, que geralmente subirá com o nível de renda e de produtividade.

*NA*

Uma maneira de evitar parte destes problemas é buscar as relações entre salários e taxas de desemprego em estudos que combinem dados de séries temporais com informações de *cross section* regionais, pois estes dados captam elementos estruturais do mercado, dando origem aos modelos de curva-salário<sup>101</sup>, em lugar das curvas de Phillips. Estes estudos em geral rejeitam a hipótese de que haja uma auto-regressividade nos salários, de forma que a curva de Phillips com base em variações pretéritas de salários e preços estaria simplesmente errada.

<sup>98</sup> Como os ganhos do setor informal, as condições do seguro-desemprego, as transferências intra-familiares, o acesso ao sistema de crédito e a renda de outros fatores. Blanchard e Katz, 1997, p. 56-57.

<sup>99</sup> Blanchard e Katz, 1997, pp. 61-62 e Bean, 1994, p. 580 citam um trabalho de Sargan de 1964 como o primeiro a apontar este equívoco na especificação do modelo.

<sup>100</sup> Bean, 1994, p. 579.

<sup>101</sup> Blanchflower e Oswald, 1994.

A explicação para as mudanças que se observaram nas relações entre inflação e desemprego a partir da década de 70 que eram incompatíveis com a curva de Phillips original deslocava-se agora para destacar as relações entre a taxa de desemprego e as variações da taxa de inflação.

Quando adotadas as hipóteses de que as expectativas ~~eram~~ repetitivas (extrapolativas ou adaptativas) a curva de Phillips passa a relacionar a variação da taxa de inflação com a taxa de desemprego. Introduzindo-se as taxas de variação dos salários nominais  $\{\varpi_t = [(W_t - W_{t-1}) / W_{t-1}]\}$  em ambos os lados da equação 0, tem-se

$$(I) \pi_t - \pi_{t-1} - [(W_t - W_{t-1}) / W_{t-1}] = (\mu + z) - \varphi \nu_t - [(W_t - W_{t-1}) / W_{t-1}]$$

que rearranjando, multiplicando por menos um e agregando as variações dos salários nominais e preços para expressar o movimento do salário real chega-se a

$$(I) (\varpi_t - \pi_t) = (\varpi_t - \pi_{t-1}) - (\mu + z) + \varphi \nu_t$$

indicando que as mudanças do salário real  $(\varpi_t - \pi_t)$  apresentam uma relação positiva com a taxa de desemprego, assim como uma correlação negativa com o *mark up* e as outras variáveis que impactam positivamente com a taxa de inflação. O termo  $(\varpi_t - \pi_{t-1})$  da equação (I) pode ser interpretado como a diferença entre a variação presente dos salários nominais e a taxa de inflação pretérita, compatível com a hipótese de formação de expectativas repetitivas.

Este resultado, no entanto, sugere problemas com a formulação da curva de Phillips pois está indicando uma variação continua do nível de salário real, em direção contrária ao que seria teoricamente esperado sob os supostos clássicos que lastreiam a derivação das curvas de demanda de trabalho.

Taylor<sup>102</sup> já lembrava que, apesar do amplo domínio da versão aceleracionista da curva de Phillips que negava a continuidade, no longo prazo, do *trade-off* de curto prazo entre inflação e desemprego, a validade das conclusões de curto

prazo dependia fortemente dos supostos sobre a formação de expectativas. Se adotadas as expectativas racionais, nem no curto prazo haveria a curva de Phillips, enquanto as expectativas adaptativas levariam a uma curva de Phillips de curto prazo quase horizontal<sup>103</sup>.

Esta discussão assumia uma importância fundamental, em um momento em que as políticas de estabilização começavam a superar as preocupações com o pleno emprego que marcaram grande parte dos anos pós-guerra. Segundo a visão das expectativas racionais, a inexistência da curva de Phillips, mesmo no curto prazo, deslocava o problema da política de estabilização do custo de desempregar pessoas para a crença nos formuladores de política de que poderiam acabar com a inflação praticamente sem custos.

Outra vertente buscava encontrar explicações para a inflexibilidade dos salários na estrutura da distribuição dos acordos no tempo, nos contratos que impunham rigidez sobre as variáveis nominais durante o seu período de vigência não coincidentes temporalmente<sup>104</sup>, como forma de explicar a fraca resposta dos salários aos níveis crescentes de desemprego.

Uma das explicações para a reduzida mobilidade dos salários em relação aos movimentos do emprego refere-se à não coincidência das decisões estratégicas dos diversos agentes que, em mercados imperfeitos, podem fixar preços e salários. Estas decisões pré-determinam os níveis das variáveis nominais por um certo período reduzindo sua capacidade de responder a mudanças nas condições do mercado. Estes contratos não são simultâneos podendo, portanto, compatibilizar uma certa rigidez para cada um dos agentes envolvidos com uma relativa mobilidade destas variáveis para o conjunto dos agentes.

---

<sup>102</sup> Taylor, 1979, p. 108.

<sup>103</sup> Sargent, 1982, analisando o fim de quatro grandes hiperinflações na Europa, destacava que as expectativas racionais de credibilidade nas políticas de estabilização reduziram drasticamente o crescimento dos preços, com um pequeno custo em termos de desemprego.

<sup>104</sup> Taylor, 1980, p. 2.

Há grande evidência empírica<sup>105</sup>, ainda que continuamente contestada, de que os salários nos EUA apresentam um alto grau de inércia, de maneira claramente diferenciada dos países europeus, onde ela é quase inexistente. Esta diferença pode ser atribuída à generalização dos contratos de longa duração, que ocorreu nos EUA depois da II Guerra<sup>106</sup>, e à ausência de variáveis capazes de captar mudanças nos termos de troca e na militância sindical nas equações relevantes, que buscam identificar os movimentos dos salários nominais. O debate inconcluso sobre a inércia salarial, no entanto, desqualifica a utilização deste elemento como explicação para as diferenças das taxas de desemprego na Europa e nos EUA<sup>107</sup>.

Os contratos pré-determinados podem definir que as variáveis nominais ficarão fixas durante o período considerado ou podem tornar conhecido o seu padrão de alteração futuro. No caso de variáveis pré-determinadas e fixas, os modelos admitem que mudanças em variáveis nominais - oferta de moeda, por exemplo, - têm impactos reais - sobre emprego e produto no longo prazo<sup>108</sup>. Se o que for pré-determinado for o padrão de alteração futura da variável nominal - contratos com aumentos de salários em momentos distintos, por exemplo - os efeitos reais das mudanças das variáveis nominais limitam-se ao período do contrato.

Outro tipo de contrato, que também pode ser uma explicação para a relativa viscosidade dos salários, refere-se àquelas situações em que as mudanças das variáveis nominais estão associadas aos desvios do comportamento de variáveis sinalizadoras dos seus valores esperados, indicando mudanças no estado da economia mais do que a simples passagem do tempo, como nos casos anteriores.

---

<sup>105</sup> Bean, 1994, p. 585.

<sup>106</sup> Gordon, 1982.

<sup>107</sup> Bean, 1994, p. 587.

<sup>108</sup> Blanchard e Fisher, 1989, p. 389-98.

Apesar das enormes dificuldades técnicas de associar os resultados individuais aos choques, em termos do grau de desvio admissível<sup>109</sup>, a um comportamento macroeconômico plausível, este tipo de modelo em geral tende a identificar a redução dos impactos das variáveis nominais sobre o lado real da economia, reforçando os pressupostos dos modelos neoclássicos.

Estes modelos, mesmo avançando na compreensão da viscosidade dos salários, com base na comprovação de custos de ajustes destas variáveis nominais e de sua pre-determinação durante certo intervalo de tempo ou enquanto a economia comportar-se conforme um padrão esperado, não conseguem explicar por que os movimentos do emprego – uma variável real – são muito maiores que os movimentos de preços e salários, – variáveis nominais – levando a uma certa estabilidade dos salários reais<sup>110</sup>.

A não-simultaneidade das decisões e sua distribuição no tempo são componentes fundamentais dos modelos que buscam destacar a pouca mobilidade dos preços e salários nominais, portanto resgatando as espirais salários-preços que justificaram várias teorias de inflação *cost push*. Geralmente, estes modelos descartam as suposições a respeito do funcionamento da concorrência perfeita no mercado de trabalho e de bens, introduzindo supostos associados à competição monopolista. Abandona-se também a figura do leiloeiro walrasiano que tornaria instantânea a determinação do valor das variáveis reais e nominais fixando, portanto, os níveis agregados de renda e produto. Esta figura ficcional é substituída por agentes econômicos com estratégias e restrições.

Partindo dos supostos da diversidade dos aniversários dos contratos salariais e considerando que os agentes econômicos são racionais e utilizam as informações disponíveis a cada momento, a formação de expectativas combina elementos *backward looking*, referentes aos contratos já realizados, com componentes *forward looking* afetando os futuros contratos. Esta combinação

<sup>109</sup> Blanchard e Fisher, 1989, p. 408.

<sup>110</sup> Blanchard e Fisher, 1989, p. 414.

9

Keynes?

lyntik  
m ma?

de propriedades na formação de expectativas reduz o impacto desestruturador sobre a curva de Phillips trazido pelas expectativas *forward looking*, mantendo uma certa influência da demanda agregada sobre os salários e preços<sup>111</sup>.

Estes modelos fixam os salários nominais durante a vigência dos contratos, fazendo o nível de emprego depender da demanda de trabalho, que responde ao funcionamento do mercado de produto através de mecanismos de fixação de *mark up* e de regras de formulação de políticas econômicas, geralmente determinadas de forma *ad hoc*.

Uma das conclusões destes modelos explica a persistência do desemprego, sem alterações nos salários, a partir da existência de contratos que impõem rigidez nas variáveis nominais, mesmo que a duração seja de menos de uma ano<sup>112</sup>, justificando a existência, no curto prazo, da curva de Phillips, mesmo que sua correta especificação seja dependente de hipóteses sobre as regras de formulação de políticas econômicas.

Empiricamente, os trabalhos utilizam os salários recebidos como indicadores das variáveis da curva de Phillips, quando deveriam considerar os ganhos totais, incluindo outros benefícios e controlando pela composição da força de trabalho em termos das distintas ocupações<sup>113</sup>. Este erro de especificação foi considerado como uma das fontes dos problemas com a estimação da curva de Phillips, pois não se considerava o conjunto dos ganhos que entraram no cálculo econômico dos trabalhadores. Por outro lado, ao sair dos modelos de competição perfeita para investigar a situação do mercado de trabalho onde há processo de negociação coletiva, os modelos precisavam considerar o impacto que a disponibilidade de trabalho não empregado tem sobre as estratégias de negociação<sup>114</sup>, retornando assim, a uma problemática já tratada pelos marxistas na definição do papel do exército industrial de reserva na determinação dos salários.

---

<sup>111</sup> Taylor, 1980, p. 3.

<sup>112</sup> Taylor, 1980, p. 21.

<sup>113</sup> Hammermesh, 1970, p. 501.

<sup>114</sup> Hammermesh, 1970, p. 503.

Outra explicação para a não-resposta do emprego às flutuações do nível de produto e demanda agregada refere-se às contradições entre as estruturas sociais de acumulação – que definem as instituições que mediam os conflitos dentro e entre classes e o crescimento econômico, em formulação de origem claramente marxista. Os períodos de crescimento de longo prazo são, ao mesmo tempo, retroalimentados por estas instituições, que no entanto, a partir de certas circunstâncias, passam a ser entraves para a continuidade do crescimento, tornando-se cada vez mais incapazes de intermediar os conflitos decorrentes do processo de crescimento. Isto serve para explicar como o crescimento industrial do pós-guerra, o fortalecimento dos sindicatos e os sistemas burocráticos de controle dos departamentos de pessoal das grandes corporações combinam-se para ampliar as relações de trabalho de longo prazo, para consolidar planos de cargos e salários nas empresas, para generalizar as negociações coletivas e o predomínio das relações de trabalho com contratos, explícitos ou implícitos, de longo prazo. A maior presença destes contratos reduz a influência do desemprego nos ajustes de salários, já que isolam os mecanismos de fixação dos salários das condições externas do mercado de trabalho<sup>115</sup>. Por outro lado, na medida em que os contratos incorporam cláusulas de reajustes nominais dos salários, atrelam seu comportamento às flutuações dos preços de bens de consumo, de forma muito mais efetiva do que nos setores com maior rotatividade do emprego, onde as relações de trabalho são mais curtas.

Uma das conclusões deste tipo de modelo é que taxas de inflação pequenas afetam pouco a dinâmica de negociação, diminuindo a chamada ilusão monetária dos trabalhadores à medida em que a inflação cresce<sup>116</sup>. Assim, a estabilidade da inflação e as baixas taxas de desemprego do pós-guerra criaram condições favoráveis à expansão dos contratos de trabalho de longo prazo, ao passo que, em décadas mais recentes, as altas taxas de desemprego e de inflação desestimulam a continuidade destas relações de trabalho.

---

<sup>115</sup> Rebitzer, 1989, p. 57.

Além das críticas aos pressupostos teóricos, a análise da pouca sensibilidade da elasticidade produto-emprego também se referia aos procedimentos da estimação empírica destes valores, ressaltando a necessidade de dados mais precisos<sup>117</sup> para as conclusões. Uma das informações necessárias é a decomposição da quantidade de trabalho necessária diretamente para a produção e aquela empregada nas tarefas indiretas de apoio à produção. Desta linha de pesquisa resulta a conclusão de que há uma certa percentagem da força de trabalho ocupada que não responde às variações do nível de produto<sup>118</sup>. Há várias pesquisas demonstrando que o custo de supervisão das diversas etapas do processo de trabalho no interior da firma não está diretamente relacionado ao volume de emprego e suas flutuações em decorrência das mudanças do nível produto, porém é um componente importante na determinação do nível de salários<sup>119</sup>.

Os modelos de salário-eficiência<sup>120</sup>, por exemplo, associam os custos da supervisão às diferenças entre os salários propostos pelas firmas e o salário de reserva dos trabalhadores, também descolando a fixação dos salários da produção corrente. Esta questão chama a atenção para o fato de que o trabalho não é apenas um fator variável na produção, apresentando vários elementos quase fixos. Entre estes elementos destacam-se, como já visto na discussão sobre os contratos implícitos, os custos de recrutamento e de treinamento que, mesmo na hipótese de concorrência perfeita no mercado de trabalho, justifica porque os salários podem ser menores do que a produtividade marginal do trabalho, para possibilitar o pagamento destes custos fixos<sup>121</sup> ou então os preços precisam se descolar do custo marginal, para viabilizar o excedente necessário. Haverá sempre um determinado preço,

---

<sup>116</sup> Hammermesh, 1970, p. 512.

<sup>117</sup> Fay e Medoff, 1985, p. 641.

<sup>118</sup> Fay e Medoff, 1985, p. 653, estimaram esta proporção em torno de 4% dos postos de trabalho dos *blue collar* da indústria manufatureira americana.

<sup>119</sup> Rebitzer, 1989, p. 13.

<sup>120</sup> Shapiro e Stiglitz, 1984, p. 13.

<sup>121</sup> Oi, 1962, p. 540.

a partir do qual a firma imporá restrições à demanda de trabalho e, na presença de incertezas na formação dos preços, estreitam-se os limites de variação das variáveis nominais admitidas sem impactos sobre a demanda de trabalho.

Outro conjunto de modelos busca associar o custo de reajuste salarial à perda de produtividade dos trabalhadores, uma vez que existiria uma relação positiva entre as duas variáveis. Além das tradicionais funções de oferta e demanda de trabalho, na sua concepção de fluxos desequilibrados constantes, estes autores introduzem uma função de esforço, relacionando dedicação ao trabalho aos salários recebidos<sup>122</sup>.

Estes modelos, conhecidos como de salário-eficiência, afirmam que a redução dos salários provoca dificuldades de manutenção dos níveis de produtividade porque torna mais difícil, na admissão de novos trabalhadores, a contratação dos melhores, já que os salários são baixos e diminui o custo de oportunidade de perda do posto de trabalho por aqueles que já estão empregados, diminuindo, portanto, a disciplina associada à eficiência. Para que haja a possibilidade da definição pela firma deste salário-eficiência há que se abandonar a figura do leiloeiro walrasiano e admitir as imperfeições no mercado<sup>123</sup>. Nestes modelos, o aumento dos salários produz um benefício que compensa parcialmente o aumento do custo seja pela diminuição das demissões voluntárias, das vagas ocupadas, ou do aumento do esforço e dedicação dos trabalhadores<sup>124</sup>.

A ameaça de demissão é um elemento importante na regulação do esforço, na medida em que a probabilidade de encontrar um novo posto de trabalho é baixa e os salários são relativamente altos em relação aos outros. Neste sentido, estes modelos mantêm uma certa relação com o conceito de origem marxista de exército industrial de reserva, no que ele tem de desestruturador da ação rebelde dos trabalhadores e disciplinador do seu comportamento<sup>125</sup>.

---

<sup>122</sup> Figueroa, 1994, p. 343.

<sup>123</sup> Bean, 1994, p. 579.

<sup>124</sup> Bean, Layard e Nickell, 1986, s5.

<sup>125</sup> Figueroa, 1994, p. 338-39.

Estes modelos<sup>126</sup> chamam a atenção para o impacto do seguro desemprego na taxa de desemprego por aumentar a possibilidade de duração da busca de um novo posto, para a lenta variação dos salários face à pouca mobilidade dos desempregados em voltar a ocupação, para a relativa constância da estrutura distributiva dos salários e concluem que, deixando o mercado livre, nem sempre se alcança a melhor solução, mas sim através de alguns tipos de política, como implantação de subsídios aos salários, por exemplo, pode-se alcançar uma situação de Pareto ótimo.

Condição  
necessária

Um dos elementos-chave para a estruturação destes modelos é a possibilidade do empregador exercer autoridade sobre o trabalhador, destacando-se a demissão como uma possibilidade institucional importante para este fim, mas incluindo nesta categoria também as diferenciações das condições de trabalho e os salários mais altos, que aumentam o custo para o trabalhador que perder este emprego. Este custo está claramente associado ao tempo em que o desempregado passa pela situação de desemprego. Diferentemente dos modelos de contratos implícitos, o desemprego involuntário aqui é explicado como uma condição prévia necessária para a imposição da disciplina ao trabalhador. Desta forma, enquanto nos modelos de contratos implícitos a eliminação do desemprego é uma situação assintótica, nos modelos de salário-eficiência esta convergência inexistente. Nos EUA, no entanto, há alguma evidência<sup>127</sup> empírica para justificar que, no núcleo central do mercado de trabalho, a ameaça de demissão não parece ser o principal instrumento para a manutenção da disciplina fabril, aumentando a importância de outros instrumentos de recompensa, tangíveis e intangíveis, para garantir o esforço e dedicação dos trabalhadores.

Pode-se associar a estes modelos as conclusões de que o equilíbrio no mercado de trabalho se dá com desemprego, não por que sua existência provoque a redução dos salários dos que permaneceram empregados e sua

---

<sup>126</sup> Shapiro and Stiglitz, 1984, p. 434.

<sup>127</sup> Rebitzer, 1989, p. 51.

produtividade é dependente do próprio salário recebido<sup>128</sup>. Shapiro e Stiglitz, por exemplo, demonstraram a importância de manter salários acima do salário de reserva, como forma de desencorajar o “desânimo” do trabalhador, que perceberia o maior custo de oportunidade na eventualidade de vir a perder o emprego em atitude de “enrolação” no trabalho. Este mecanismo de encorajamento ao esforço é mais eficiente do que a supervisão e controle quando estes são caros, de forma que a legislação trabalhista, ao dificultar as demissões, acaba por induzir a salários menores, uma vez que o custo de oportunidade para os trabalhadores deve considerar a probabilidade de perder o emprego e o rendimento que se perderá.

Estes modelos hipotetizavam<sup>129</sup> o comportamento dos agentes individuais de forma que:

Os contratos salariais eram negociados com base em informações sobre o passado das variáveis econômicas relevantes;

as variações presentes de salários eram negativamente correlacionadas com suas variações defasadas, de forma que nos períodos de recessão, com salários declinantes a taxas crescentes nestas fases, e com aceleração do crescimento, nas etapas de *boom*;

a relação entre as variações dos salários e a taxa de desemprego não é linear, dependendo, entre outras coisas, da própria dispersão da distribuição dos salários.

#### NAIRU: AUGÉ NOS OITENTA E DECLÍNIO NOS NOVENTA

Durante a década de 80 consolidou-se entre os economistas o predomínio da NAIRU. Poucos questionavam sua existência, restringindo-se os debates às diversas explicações para sua mutação ao longo do tempo<sup>130</sup>. Solow, em conferência sobre o crescente desemprego europeu nos meados da década de 80<sup>131</sup>, alertava para os equívocos teóricos de utilizar a oferta de trabalho para equilibrar este mercado, comparando os economistas a papagaios que foram ensinados a repetir sempre “oferta e demanda”. Harrod, já na década de 30, alertava em carta para Keynes sobre os perigos de contestar a própria

<sup>128</sup> Figueroa, 1994, p. 339.

<sup>129</sup> Evans, 1969, p. 266.

<sup>130</sup> Stiglitz, 1997, p. 6.

<sup>131</sup> Solow, 1986, p. 533

existência das curvas de oferta e demanda no mercado de trabalho por ser “uma grande violência à base fundamental do pensamento (...)” dos economistas. Harrod continuava seus conselhos conciliadores, sugerindo a Keynes dizer que, no mercado de trabalho “pode haver mais de uma solução, que não se conhece a função de oferta e (...) a cláusula *coeteris paribus* é inadmissível (...) podendo-se descobrir relações funcionais mais importantes que governam o preço e a quantidade (...). Mas não conteste a própria análise”<sup>132</sup>.

A concepção criticada transporta para o mercado de trabalho o modelo de funcionamento do mercado de produtos em que o preço, - salário nominal no mercado de trabalho- se ajusta ao excesso de demanda positiva, zero ou negativa com movimentos ascendentes, estáveis ou descendentes. O problema é que a taxa de desemprego não é realmente a medida de excesso de demanda no mercado de trabalho<sup>133</sup>, que não funciona como um mercado de perfeita competição, e onde a substitutibilidade entre os diversos tipos de trabalho e atributos pessoais, e dos postos, afeta sobremaneira o mecanismo de fixação de salários - preços no mercado de produto.

O mercado de trabalho funciona, como lembrava Tobin<sup>134</sup>, menos como uma feira, - onde os produtos são colocados à venda para novos consumidores, - e mais como o mercado de aluguéis, onde a maioria dos contratos são renovações de contratos com os mesmos inquilinos. Ou, como mencionava Okun<sup>135</sup>, no contexto de relações contratualizadas que configuram um mercado não da “mão invisível”, mas sim do “aperto de mão invisível”. Daí porque os salários não são flexíveis e sensíveis a qualquer flutuação de demanda e oferta. A imperfeição do mercado foi então incorporada nos modelos de explicação, descrevendo os agentes econômicos como dependentes de estratégias e envolvidos em um mundo de barganhas e negociações.

---

<sup>132</sup> Harrod, apud Chick, 1993, p. 144-45.

<sup>133</sup> Ver capítulo 2.

<sup>134</sup> Tobin, 1972, p. 129.

<sup>135</sup> Okun, >>>>

Nos anos finais da década de 70, sob crescente bombardeio das idéias derivadas da contribuição de Friedman, um outro presidente da American Economic Society, também ganhador do Prêmio Nobel, Solow, chamava a atenção para os equívocos que advinham da suposição de que o mercado de trabalho funcionava sob os mesmos supostos de outros mercados que continham mecanismos indutores ao equilíbrio. Solow alertava<sup>136</sup> para o fato que os participantes do mercado de trabalho não se comportam como agentes maximizadores individuais, mas estão condicionados por convenções sociais, cuja fonte dos princípios comportamentais não é necessariamente a satisfação individualista.

Neste contexto, a taxa “natural” de desemprego refletindo o *job search* expressa o desemprego friccional, deixando de considerar que uma grande parte das novas admissões incorporam trabalhadores que já estavam ocupados, que entre os inativos encontram-se muitos “desalentados” pelas dificuldades pretéritas de encontrar um posto de trabalho e, portanto, não são voluntariamente desempregados, e que a própria taxa de participação<sup>137</sup> sofre impactos do nível de atividade econômica, estimulando a mobilidade entre inatividade e participação de forma mais intensa do que reproduzindo manifestações voluntárias de busca de lazer. Friedman<sup>138</sup> atribuía a elevação da “taxa natural” nos anos 70 nos EUA a duas razões principais: maior participação das mulheres, adolescentes e trabalhadores de tempo parcial no mercado, que tendem a ter vínculos trabalhistas menos estáveis e, portanto, com maior rotatividade nos postos; e também pela ampliação do sistema de apoio ao desempregado, que aumenta a duração do desemprego.

A conjuntura internacional mudou profundamente<sup>139</sup> desde então. Em fins de 1970 e início dos 80, Thatcher e Reagan ganharam as eleições na Inglaterra e EUA, respectivamente. Ambos eram admiradores das idéias de Friedman. Em

---

<sup>136</sup> Solow, 1980, p.3.

<sup>137</sup> Medida como a proporção das pessoas dispostas a trabalhar ou trabalhando (PEA) e a população em idade ativa.

<sup>138</sup> Friedman, 1976(1992), p. 430.

<sup>139</sup> Veja capítulo 2.